

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUSSARA
ESTADO DO PARANÁ
LICITAÇÕES
Av. Princesa Isabel, 320, CEP: 87230-000
Fone: (44) 3628-1212 Ramal 218 | E-mail: licitacao@jussara.pr.gov.br
CNPJ: 75.789.552/0001-20

HOMOLOGAÇÃO

Pregão Presencial SRP- Nº 08/2023-PMJ

Expirado no prazo recursal, torna-se pública a HOMOLOGAÇÃO do procedimento licitatório em epígrafe do Objeto da Licitação Pública: futura e eventual aquisição de placas diversas, sendo de sinalização, informativas, de fachada, entre outras, destinadas a satisfazerem às futuras e eventuais necessidades dos setores da administração pública municipal, na modalidade de Pregão Presencial SRP nº 08/2023, a favor das empresas classificadas: **AGROSOMOS AGRONEGOCIOS E SERVIÇOS EIRELI**, CNPJ nº 29.345.622/0001-33, com o valor global de **R\$ 2.525,00** (dois mil quinhentos e vinte e cinco reais) referente aos itens nº 03 e 10; e **CIAPLACAS MATERIAL PUBLICITARIO LTDA**, CNPJ nº 29.275.166/0001-00, com o valor global de **R\$ 64.348,00** (sessenta e quatro mil trezentos e quarenta e oito reais) referente aos itens nº 01, 02, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 11, 12, 13, 14, 15 e 16.

Jussara-PR, 17 de fevereiro de 2023.

Robison Pedroso da Silva
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUSSARA
ESTADO DO PARANÁ
JURÍDICO
Av. Princesa Isabel, 320, CEP: 87230-000
Fone: (44) 3628-1212 | E-mail: juridico@jussara.pr.gov.br
CNPJ: 75.789.552/0001-20

PORTARIA Nº 52/2023

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO ORGANIZADORA DA 1ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE CULTURA DE JUSSARA, ESTADO DO PARANÁ.

O Senhor Robison Pedroso da Silva, Prefeito do Município de Jussara, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e a Portaria Municipal nº 51/2023, referente a Regulamentação da 1ª Conferência Municipal de Cultura de Jussara:

RESOLVE:

Art. 1º Ficam Nomeados os membros para comporem a Comissão Organizadora da 1ª Conferência Municipal de Cultura de Jussara convocada pelo Decreto 6208/2023 e regulamentada pela Portaria 51/2023, ficando a mesma constituída pelos seguintes membros:

Representantes da área governamental:

Nome: Jessica Rogério Ferreira- CPF: 080.468.109-08
Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social e Segurança da Família;

Nome: Regina Rinaldi Silva – CPF: 045.091.359-71
Representante da Secretaria Municipal de Administração e Finanças;

Nome: Leidiane Ap. Giroto dos Santos - CPF: 035.100.789-00
Representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo.

Representantes de instituições convidadas (sociedade civil):

Nome: Geralda Mangela de Freitas - CPF: 808.351.809-30
Representante do Colégio Estadual do Município de Jussara;

Nome: Maria Aparecida Félix Moro - CPF: 914.568.439-15
Representante da Associação Comercial de Jussara ACEJUS;

Nome: Selma R. Fanhani Apolinário - CPF: 836.982.309-25
Representante da Escola Municipal Julita Alves Soares de Jussara.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Jussara, 16 de fevereiro de 2023.

ROBISON PEDROSO DA SILVA
SILVA:00710069901
Robison Pedroso da Silva
Prefeito Municipal

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUSSARA
ESTADO DO PARANÁ
JURÍDICO
Av. Princesa Isabel, 320, CEP: 87230-000
Fone: (44) 3628-1212 | E-mail: juridico@jussara.pr.gov.br
CNPJ: 75.789.552/0001-20

PORTARIA Nº 51, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2023.

"Aprova o Regulamento da 1ª Conferência Municipal de Cultura de Jussara e dá outras providências".

O Prefeito municipal, no uso de suas atribuições e considerando o disposto no Decreto nº 6208/2023, que convoca a 1ª Conferência Municipal de Cultura de Jussara:

RESOLVE:

Art. 1º Regulamenta a 1ª Conferência Municipal de Cultura de Jussara, na forma do Anexo Único desta Portaria.

Art. 2º A 1ª Conferência Municipal de Cultura de Jussara será realizada em 01 de março de 2023.

Art. 3º Fica a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo responsável pelas providências operacionais para a realização da 1ª Conferência Municipal de Cultura de Jussara.

Art. 4º Os casos omissos e conflitantes do Regulamento da 1ª Conferência Municipal de Cultura de Jussara serão decididos pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROBISON PEDROSO DA SILVA
SILVA:00710069901
Robison Pedroso da Silva
Prefeito Municipal

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUSSARA
ESTADO DO PARANÁ
JURÍDICO
Av. Princesa Isabel, 320, CEP: 87230-000
Fone: (44) 3628-1212 | E-mail: juridico@jussara.pr.gov.br
CNPJ: 75.789.552/0001-20

ANEXO ÚNICO

REGULAMENTO DA 1ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE CULTURA DE JUSSARA

CAPÍTULO I
Dos Objetivos

Art. 1º A 1ª Conferência Municipal de Cultura de Jussara, convocada por meio do Decreto nº. 6208, de 15 de fevereiro de 2023, tem por objetivos:

- I. Discutir a cultura do município nas suas dimensões simbólica, cidadã e econômica;
- II. Propor estratégias para o fortalecimento da cultura como centro dinâmico do desenvolvimento sustentável;
- III. Promover o debate entre artistas, produtores, conselheiros, gestores, estudiosos, pesquisadores, investidores e demais protagonistas da cultura, valorizando a diversidade das expressões e o pluralismo das opiniões;
- IV. Propor estratégias para democratizar o acesso dos habitantes de Jussara à produção e à fruição dos bens e serviços culturais;
- V. Propor estratégias para a consolidação dos sistemas de participação e controle social na gestão das políticas públicas de cultura;
- VI. Aprimorar e propor mecanismos de articulação e cooperação institucional entre os entes federativos e destes com a sociedade civil;
- VII. Fortalecer, facilitar a formação e o funcionamento de fóruns e redes de artistas, de agentes, de gestores, de estudiosos, de pesquisadores, de investidores e de ativistas culturais;

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUSSARA
ESTADO DO PARANÁ
JURÍDICO
Av. Princesa Isabel, 320, CEP: 87230-000
Fone: (44) 3628-1212 | E-mail: juridico@jussara.pr.gov.br
CNPJ: 75.789.552/0001-20

VIII. Iniciar o processo de elaboração do Plano Municipal de Cultura.

CAPÍTULO II
Do Temário

Art. 2º A 1ª Conferência Municipal de Cultura de Jussara realizará seus trabalhos a partir do tema Preservação da história, memória e cultura local.

§ 1º O diálogo sobre o tema deverá ser desenvolvido de modo a articular as políticas de cultura e as suas diretrizes em todos os níveis federativos de maneira transversal.

§ 2º As proposições de âmbito municipal constituirão subsídio para a elaboração do Plano Municipal de Cultura de Jussara.

CAPÍTULO III
Da Realização, da organização e do funcionamento

Art. 3º A 1ª Conferência Municipal de Cultura de Jussara será realizada em 01 de março de 2023, e terá caráter mobilizador, consultivo e propositivo.

Art. 4º A 1ª Conferência Municipal de Cultura de Jussara será presidida pelo Prefeito municipal e, na sua ausência ou impedimento, pela Secretária Municipal de Educação, Cultura e Turismo.

Art. 5º Para a organização e o desenvolvimento de suas atividades, a 1ª Conferência Municipal de Cultura de Jussara contará com a Comissão Organizadora Municipal que será composta por 06 membros, entre representantes do poder público municipal e entidades não governamentais, assim definidos:

- I. Representantes da área governamental:
 - a. 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Assistência Social e Segurança da Família;
 - b. 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Administração e Finanças;
 - c. 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo.
- II. Representantes de instituições convidadas (sociedade civil):
 - a. 01 (um) representante do Colégio Estadual do Município de Jussara;
 - b. 01 (um) representante da Associação Comercial de Jussara;
 - c. 01 (um) representante da Escola Municipal Julita Alves Soares de Jussara.

Parágrafo único. A Coordenação-Geral da Comissão Organizadora Municipal será exercida pelo titular da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo.

Art. 6º Compete à Comissão Organizadora Municipal, respeitadas as definições deste Regulamento:

- I. Propor critérios de participação da sociedade civil;
- II. Definir a pauta e a programação da conferência;
- III. Estabelecer as regras adicionais, realizar as articulações necessárias e programar as condições de organização da conferência municipal.

Parágrafo único. A Comissão Organizadora Municipal enviará ao Comitê Executivo Estadual as informações relacionadas aos incisos I e II deste artigo, até o dia 17 de fevereiro de 2023.

Art. 7º As despesas para realização da 1ª Conferência Municipal de Cultura de Jussara correrão por conta de dotações próprias, consignadas no orçamento anual do município para o corrente exercício, ou serão custeadas por meio de colaborações de pessoas, instituições e órgãos parceiros.

CAPÍTULO IV
Dos Participantes

Art. 8º A 1ª Conferência Municipal de Cultura de Jussara será integrada por artistas, agentes e produtores, grupos e entidades culturais, pontos de cultura, professores e estudantes, representações de movimentos relacionados à promoção da cultura, da paz, da juventude, do meio ambiente, do turismo, do desenvolvimento social, de comunidades, e por pessoas interessadas em contribuir com o processo de formulação e implementação de políticas culturais.

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 9º A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo responsabilizar-se-á pela coordenação e pelo acompanhamento do processo de implementação das ações e atividades aprovadas na 1ª Conferência Municipal de Cultura de Jussara.

Art. 11. Os casos omissos neste regulamento serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo.

ROBISON PEDROSO DA SILVA
SILVA:00710069901
Robison Pedroso da Silva
Prefeito Municipal

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUSSARA
ESTADO DO PARANÁ
Av. Princesa Isabel, 320, CEP: 87.230-000
Fone: (44) 3628-1212 | E-mail: contabilidade@jussara.pr.gov.br
CNPJ: 75.789.552/0001-20

DEMONSTRATIVO DOS RECURSOS DO FUNDEB - JANEIRO 2023

FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Janeiro de 2023	Fundeb - 70% - Em R\$	Fundeb - 30% - Em R\$	VAAF - Em R\$
Transferências	444.504,14	0,00	-
Receb. de Aplicação	2.152,77	0,00	-
Soma	446.656,91	0,00	-
TOTAL DOS RECURSOS			446.656,91

Data	Movimentação/Despesas - Janeiro - 2023	Valor - Em R\$
03/01/2023	Encargos Sociais sobre Folha de Pagamento - Dezembro 2022	41.592,49
30/01/2023	Folha de Pagamento (liquida) - Fundeb 70%	181.605,18
30/01/2023	Retenções s/ Folha de Pagamento - Fundeb 70%	73.799,90
TOTAL DAS DESPESAS		296.997,57

RESUMO GERAL DAS RECEITAS E DESPESAS - JANEIRO/2023		Valor Em R\$
Receitas		
Saldo inicial 01/01/2023		174.612,42
Transferências de Recursos do FNDE - FUNDEB 70%, FUNDEB 30% e VAAF		444.504,14
Rendimentos de Aplicação - FUNDEB 70%, FUNDEB 30% e VAAF		2.152,77
TOTAL		621.269,33
Despesas		
Despesas custeadas com recursos do FUNDEB 70%		296.997,57
Despesas custeadas com recursos do FUNDEB 30%		-
TOTAL		296.997,57
SALDO EM 31/01/2023		324.271,76

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUSSARA
ESTADO DO PARANÁ
LICITAÇÕES
Av. Princesa Isabel, 320, CEP: 87230-000
Fone: (44) 3628-1212 Ramal 218 | E-mail: licitacao@jussara.pr.gov.br
CNPJ: 75.789.552/0001-20

EXTRATO DE CONTRATOS 2023-PMJ

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUSSARA, Estado do Paraná, com sede à Avenida Princesa Izabel, 320, inscrito no CNPJ sob nº 75.789.552/0001-20.

OBJETO: aquisição de equipamentos para serem utilizados no recebimento e armazenamento de alimentos provenientes do Programa Compra Direta e Agricultura Familiar.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 06/2023.

CONTRATO Nº: 12/2023

CONTRATADA: M.M. MOREIRA E MOREIRA LTDA, CNPJ nº 01.720.305/0001-30

VALOR GLOBAL: R\$ 5.310,00 (cinco mil trezentos e dez reais)

CONTRATO Nº: 13/2023

CONTRATADA: V.A. OTTONI EQUIPAMENTOS, CNPJ nº 18.770.897/0001-06

VALOR GLOBAL: R\$ 13.530,00 (treze mil quinhentos e trinta reais)

CONTRATO Nº: 14/2023

CONTRATADA: ROCCO DISTRIBUIDORA LTDA, CNPJ nº 49.059.156/0001-37

VALOR GLOBAL: R\$ 3.284,70 (três mil duzentos e oitenta e quatro reais e setenta centavos)

VALIDADE: até 17 de fevereiro de 2024.

Jussara-Pr. 17 de fevereiro de 2023.

ROBISON PEDROSO DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPOREMA
Estado do Paraná
Rua Pará, 86 – Telefax: (0xx44) 3684 1206 / 3684 1210
CEP 87810-000 – CNPJ/MF 75.378.844/0001-70
e-mail: pmguaporema@uol.com.br

1.º TERMO ADITIVO PRORROGAÇÃO DILAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA

1.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 3/2022 CELEBRADO PELO MUNICÍPIO DE GUAPOREMA E PELA FUNDAÇÃO MEDICA ASSISTENCIAL DO TRAB. RURAL DE RONDON TEM POR OBJETO O objeto do presente CONTRATO a melhoria na qualidade do atendimento na prestação de serviços médicos hospitalares de pronto atendimento, consultas médicas (orgânica e emergencial) a toda a população do município de Guaporema, bem como plantão 24 horas inclusive sábados, domingos e feriado.

CONTRATANTE: Município de Guaporema, inscrito no CNPJ (MF) nº 75.378.844/0001-70, com sede na Rua Pará 86, centro CEP 87810-000, representado pelo Prefeito Municipal, Senhor Gilberto Castiglioni, brasileiro, casado, advogado, inscrito no CNPJ sob nº 484.760.729-53, portador da carteira de identidade com RG sob nº 3.613.868-8 SSP/PR, residente e domiciliado neste município, sito a Rua Odecam Macedo Campos nº 261, doravante denominado CONTRATANTE e a FUNDAÇÃO MEDICA ASSISTENCIAL DO TRAB. RURAL DE RONDON, inscrita no CNPJ sob nº 78.191.274/0001-61, localizada na Av. Mato Grosso, 747 - CEP: 87.800-260 - BAIRRO: Centro, cidade de Rondon - Estado do Paraná, neste ato representada pelo seu Presidente o senhor Sergio Antonio Fariña Dias, portador da cédula de identidade com RG sob nº 3.606.041-4 (SSP/PR, inscrito no CPF sob nº 513.744.129-53, residente e domiciliado na Rua Chile nº 168 - CEP: 87.800-000 - BAIRRO: Centro, cidade de Rondon - Estado do Paraná, doravante denominada CONTRATADA, sim entre si justo e avençado, o presente aditivo ao contrato as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente termo aditivo tem como objeto a DILAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA do contrato firmado entre as partes em 21/02/2022.

CLÁUSULA SEGUNDA - ACORDO ENTRE AS PARTES
A Prefeitura Municipal Guaporema e empresa CONTRATADA resolvem prorrogar o prazo de Vigência do contrato por mais 12(dois) meses.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO
Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato por mais 12(dois) meses a contar da data final do contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO FUNDAMENTO LEGAL
O presente termo aditivo encontra amparo legal nos artigos 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA - DA RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS
Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato inicial, firmado entre as partes.

É por esta firma e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente termo aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

Guaporema, 10 de fevereiro de 2023.

Gilberto Castiglioni
Prefeito Municipal

Sergio Antonio Fariña Dias
Presidente da Fundação Médica Assistencial do Trabalho Rural de Rondon
Contratada

TESTEMUNHAS
RG 4304-204-1

RG 6418689-2

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPOREMA
Estado do Paraná
Rua Pará, 86 – Telefax: (0xx44) 3684 1206 / 3684 1210
CEP 87810-000 – CNPJ/MF 75.378.844/0001-70
e-mail: pmguaporema@uol.com.br

DECRETO Nº 3126 - 17 de fevereiro de 2023.

SUMULA: Abre Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento Geral do Município no valor de **R\$ 120.000,00 (Cento e Vinte Mil Reais)**, no Exercício Financeiro de 2023, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUAPOREMA, Estado do Paraná, fazendo uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1051 de 08 de novembro de 2022.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar, ao Orçamento Geral do Município de Guaporema, Estado do Paraná, no valor de **R\$ 120.000,00 (Cento e Vinte Mil Reais)**, para atender aos seguintes programas:

Suplementar	Códigos	Descrição	Valor
11	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS		
11.001	Departamento de Apoio às Obras		
15.452.0011.20	Divisão de Obras		
45			
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		
3800	00000-Recursos Ordinários (Livres)	100.000,00	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS		
3810	00000-Recursos Ordinários (Livres)	20.000,00	
	SUBTOTAL	120.000,00	
	TOTAL	120.000,00	

Art. 2º - Para dar cobertura ao Crédito de que se trata o artigo anterior, serão utilizados os recursos de anulações de dotações, conforme o artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64, no valor de **R\$ 120.000,00 (Cento e Vinte Mil Reais)**, conforme abaixo:

Anulação	Códigos	Descrição	Valor
13	SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO		
13.001	Departamento de Apoio aos Serviços Viários		
26.782.0011.20	Divisão do Serviço Rodoviário		
34			
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO		
1680	00000-Recursos Ordinários (Livres)	100.000,00	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		
1700	00000-Recursos Ordinários (Livres)	20.000,00	
	SUBTOTAL	120.000,00	
	TOTAL	120.000,00	

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Guaporema aos, 17 de fevereiro de 2023.

GILBERTO CASTIGLIONI
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL
Estado do Paraná
Rua Pará, 86 – Telefax: (0xx44) 3684 1206 / 3684 1210
CEP 87810-000 – CNPJ/MF 75.378.844/0001-70
e-mail: pmguaporema@uol.com.br

DECRETO Nº 3127/2023

Ementa: Dispõe sobre Disciplina dos expedientes, dias 20, 21 e 22 de fevereiro de 2023, em todos os órgãos e entidades da administração pública municipal e, dá outras providências.

Preâmbulo: Eu, GILBERTO CASTIGLIONI - Prefeito Municipal, no uso de minhas atribuições legais, e considerando a necessidade de disciplinar o funcionamento da Administração Pública Municipal no período de Carnaval,

DECRETA

Art. 1º - Ficam decretados pontos facultativos, em todos os Órgãos e Entidades da Administração Pública Municipal nos dias 20; 21 e 22 de fevereiro de 2023, retornando o expediente normal dia 23 de fevereiro de 2023.

Art. 2º - Art. 2º Nas datas previstas no art. 1º, este Decreto, serão assegurados à população a manutenção dos serviços essenciais e de interesse público.

Art. 3º - Este ato entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições contrárias.

Publique-se, registre-se e arquivar-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Guaporema, Estado do Paraná, aos 17 dias do mês de Fevereiro de 2023.

GILBERTO CASTIGLIONI
Prefeito Municipal

Lote	Item	Código	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$	Marcas/Especificação
			externo para máscara, válvula de escape (pop-off), válvula de controle com bolsa reservatório de oxigênio e estendo com conector. Unidade: BR0456413					
3	219	31515	Reanimador pulmonar manual neonatal tipo ambo, com halho auto inflável em silicone e válvula de admissão de ar com conexão para entrada de oxigênio, acompanha 01 máscara com bojo transparente e exoim em silicone tamanho infantil, válvula unidirecional com acoplamento externo para máscara, válvula de escape (pop-off), válvula de controle com bolsa reservatório de oxigênio e estendo com conector. Unidade: BR0456414	UN	10	R\$ 140,00	R\$ 1.400,00	SAFTI 10296900045
3	227	59509	Seringa descartável com 3 ml, sem agulha, com bico lure lock. Unidade: BR0439625	UN	150000	R\$ 0,13	R\$ 19.500,00	SR 80026180002
3	228	31519	Seringa descartável com 3ml, sem agulha. Unidade: BR0439625	UN	100000	R\$ 0,14	R\$ 14.000,00	SR 80026180002
3	229	12495	Seringa descartável com 5 ml, sem agulha, com bico lure lock. Unidade: BR0279402	UN	150000	R\$ 0,17	R\$ 25.500,00	SR 80026180002
3	314	44759	Touca descartável, com elástico, cor branca, não estéril, atóxica, 100% polipropileno, não inflamável. Pacote com 100 Unidades. BR0428617	PCT	350	R\$ 6,99	R\$ 2.446,50	FARMATEX 81175930007
3	324	60167	Atadura de crepe 15cmx1.80m em reposto, confeccionada em algodão cru com no mínimo 18 fios p/cm², com bordas delimitadas, com propriedades elásticas no sentido longitudinal e transversal, com espessura e textura uniformes, resistente, isenta de lanugem, impurezas e fios soltos, não abrasiva, amolável, absorvente, areada, macia e leve, enrolada em forma cilíndrica, embalagem resistente e individual, com dados de identificação e procedência. Pacote com 12 Unidades. BR0321792	PCT	2800	R\$ 15,19	R\$ 42.532,00	SOFT 80698130007

Lote	Item	Código	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$	Marca/ Especificação
			delimitadas, com propriedades elásticas no sentido longitudinal e transversal, com espessura e textura uniformes, resistente, isenta de fungos, impurezas e fios soltos, não abrasiva, amolável, absorvente, areada, macia e leve, enrolada em forma cilíndrica em embalagem resistente e individual, com dados de identificação e procedência. Pacote com 12 Unidades. BR0444371					
3	26	31390	Atadura de repouso 6cmx1,80m em crepe, confeccionada em algodão cru com no mínimo 13 fios p/cm², com bordas delimitadas, com propriedades elásticas no sentido longitudinal e transversal, com espessura e textura uniformes, resistente, isenta de fungos, impurezas e fios soltos, não abrasiva, amolável, absorvente, areada, macia e leve, enrolada em forma cilíndrica em embalagem resistente e individual, com dados de identificação e procedência. Pacote com 12 Unidades. BR0444371	PCT	2000	R\$ 2,75	R\$ 5.500,00	MAISMED
3	28	31394	Atadura gessada, medindo 10cmx3,00m, atóxica, confeccionada em substrato têxtil compatível, impregnada com colóide, a base de gesso com propriedades enrijecedoras, sem desprendimento de gesso ao molhar, enrolado em eixo suporte, em forma contínua e uniforme, embalagem individual em material que garanta a integridade do produto, a apresentação do produto deverá obedecer à legislação atual vigente. Unidade: BR0444610	UN	800	R\$ 2,02	R\$ 1.616,00	POLAR FIX
3	29	26226	Atadura gessada, medindo 15cmx3,00m, atóxica, confeccionada em substrato têxtil compatível, impregnada com colóide, a base de gesso com propriedades enrijecedoras, sem desprendimento de gesso ao molhar, enrolado em eixo suporte, em forma contínua e uniforme, embalagem individual em material que garanta a integridade do produto, a apresentação do produto deverá obedecer à legislação atual vigente. Unidade: BR0444613	UN	800	R\$ 3,00	R\$ 2.400,00	POLAR FIX
3	36	40938	Bolsa plástica descartável de colostomia, com furo de 30 mm de	PCT	20	R\$ 5,94	R\$ 118,80	MEDSONDA

Lote	Item	Código	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$	Marcas/ Especificação
3	110	54661	Equipos para bomba de infusão, com câmara macrogotas flexível, pinça clamp, tubo flexível, antioxico e apirogênico. RR0386007	UN	3000	R\$ 1,21	R\$ 3.630,00	DESCARPAC K
3	111	54662	Equipos para bomba de infusão, com câmara macrogotas flexível, pinça clamp, tubo flexível, antioxico e apirogênico. Fotosensível. RR0386123	UN	2000	R\$ 3,15	R\$ 6.300,00	MEDSONDA
3	125	31447	Fio catenete simples 4,0, com agulha 20 mm, cilíndrica, 1/2 círculo. Caixa com 24 Unidades. RR0281077	CX.	15	R\$ 96,23	R\$ 1.443,45	TECHNOFIO
3	126	31448	Fio de nylon 2,0, cuticular, com agulha 3,0cm triangular, 3/8 círculo. Caixa com 24 unidades. RR0281893	CX.	100	R\$ 36,75	R\$ 3.675,00	DONATI
3	127	31449	Fio de nylon 3,0, cuticular, com agulha 3,0cm triangular, 3/8 círculo. Caixa com 24 unidades. RR0281322	CX.	200	R\$ 35,44	R\$ 7.088,00	DONATI
3	128	31450	Fio de nylon 4,0, cuticular, com agulha 2,0cm triangular, 3/8 círculo. Caixa com 24 unidades. RR0281891	CX.	100	R\$ 35,36	R\$ 3.536,00	DONATI
3	173	31481	Malha tubular ortopédica, 100% algodão, não com elástico, 15 cm x 15 m. Unidade. RR0319690	RL	70	R\$ 11,47	R\$ 802,90	POLAR FIX
3	192	31495	Papel grau cirúrgico, em bobina, dimensão 20 cm x 100 m, com data de validade e dados de identificação de procedência em embalagem individual. Unidade. RR042384	BN	130	R\$ 95,74	R\$ 12.446,20	HOSPFPLEX
3	194	10548	Papel grau cirúrgico, em bobina, dimensão 5 cm x 100 m, com data de validade e dados de identificação de procedência em embalagem individual. Unidade. RR0443439	BN	80	R\$ 25,27	R\$ 2.021,60	HOSPFPLEX
3	195	42608	Papel grau cirúrgico, em bobina, dimensão 8cm x100m, com data de validade e dados de identificação de procedência em embalagem individual. Rolo. RR0442385	BN	100	R\$ 37,89	R\$ 3.789,00	HOSPFPLEX
3	210	56147	Pinça luca bisonota com 16,5 cm, com anel inoxidável. Utilizado em diversos procedimentos cirúrgicos para apreensão de tecido e algodão. RR0468149	UN	2	R\$ 34,15	R\$ 68,30	ABC
3	213	31512	Porta agulha muito lebar 16 cm, com aço inoxidável, embalagem plástica individual. Unidade.	UN	200	R\$ 42,96	R\$ 8.592,00	ABC

Lote	Item	Código	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$	Marca/ Especificação
			BR0471166					
3	224	31521	Seringa descartável com 10ml, sem agulha. Unidade: BR0438114	UN	150000	R\$ 0,29	R\$ 43.500,00	SR
3	226	26292	Seringa descartável com 1ml, sem agulha. Unidade: BR0443469	UN	2000	R\$ 0,14	R\$ 280,00	SR
3	230	51039	Seringa descartável com 60 mL, sem agulha, com bico cateter. Unidade: BR0439636	UN	200	R\$ 1,80	R\$ 360,00	SR
3	231	31524	Seringa dosadora, com 10ml, tipo oral pack, não estéril, de uso único, na cor azul, com cilindro e anel de retenção graduado em ml, com números claros e legíveis, bico que impede o acoplamento de agulhas. Unidade: BR0385647	UN	15000	R\$ 0,53	R\$ 7.950,00	ADVANTIVE
3	232	26290	Seringa luar lock, de rosca, estéril, atóxica e apirrogênica, corpo transparente, 10 ml. BR0439626	UN	1500	R\$ 0,29	R\$ 435,00	SR
3	236	31529	Sonda de Foley nº 12, duas vias e balão estéril, confeccionada em borracha natural, siliconada, ponta proximal arredondada, com dois orifícios grandes, arredondados e lisos, embalada individualmente em papel grau cirúrgico, abertura em pétala, com data de validade e registro no m. S. Unidade: BR0436009	UN	150	R\$ 2,46	R\$ 369,00	MEDIX
3	237	31530	Sonda de Foley nº 14, duas vias e balão estéril, confeccionada em borracha natural, siliconada, ponta proximal arredondada, com dois orifícios grandes, arredondados e lisos, embalada individualmente em papel grau cirúrgico, abertura em pétala, com data de validade e registro no M. S. Unidade: BR0277017	UN	30	R\$ 2,47	R\$ 74,10	MEDIX
3	238	31531	Sonda de Foley nº 16, duas vias e balão estéril, confeccionada em borracha natural, siliconada, ponta proximal arredondada, com dois orifícios grandes, arredondados e lisos, embalada individualmente em papel grau cirúrgico, abertura em pétala, com data de validade e registro no M. S. Unidade: BR0436007	UN	800	R\$ 2,46	R\$ 1.968,00	MEDIX
3	239	31532	Sonda de Foley nº 18, duas vias e balão estéril, confeccionada em borracha natural, siliconada, ponta proximal arredondada, com dois orifícios grandes, arredondados e lisos, embalada individualmente em papel grau cirúrgico, abertura	UN	40	R\$ 2,47	R\$ 98,80	MEDIX

Lote	Item	Código	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit. RS	Valor Total RS	Marcas/ Especificação
			em pétalas, com data de validade e registro no M. S. Unidade. BR0436003					
3	240	31533	Sonda de Foley nº 20, duas vias e balão estéril, confeccionada em borracha natural, siliconada, ponta proximal arredondada, com dois orifícios grandes, arredondados e lisos, embulada individualmente em papel gran cirúrgico, abertura em pétalas, com data de validade e registro no M. S. Unidade. BR0436004	UN	200	R\$ 2,46	R\$ 492,00	MEDIX
3	241	31534	Sonda de Foley nº 22, duas vias e balão estéril, confeccionada em borracha natural, siliconada, ponta proximal arredondada, com dois orifícios grandes, arredondados e lisos, embulada individualmente em papel gran cirúrgico, abertura em pétalas, com data de validade e registro no M. S. Unidade. BR0436004	UN	130	R\$ 2,46	R\$ 319,80	MEDIX
3	300	10540	Tala metálica para imobilização, não estéril, tamanho 16x180 mm. Pacote com 12 Unidades. BR0452218	PCT	100	R\$ 7,70	R\$ 770,00	MSO
3	301	10541	Tala metálica para imobilização, não estéril, tamanho 19x180 mm. Pacote com 12 Unidades. BR0452220	PCT	100	R\$ 9,66	R\$ 966,00	MSO
3	306	59506	Tecoura inox cirúrgico reta 12 cm, ponta fina para retirada de pontos. BR0432132	UN	50	R\$ 34,81	R\$ 1.740,50	ABC
3	312	8952	Tras para teste rápido de gravidez, HCG, método imunocromatografia. BR0356905	UN	3000	R\$ 0,51	R\$ 1.530,00	ECO DIAGNOSTICA

Paço Municipal Wilson Ferreira Varella, 14 de Fevereiro de 2023.
Marco Antonio Franzato
Prefeito

MUNICÍPIO DE CIANORTE							
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 68/2023							
O Município de Cianorte, através da Divisão de Licitações, torna público o procedimento administrativo denominado Registro de Preços realizado por este Município mediante Pregão Eletrônico nº 10/2023, homologado em 15/02/2023.							
Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços metalúrgicos							
Empresa: SERGIO BERNARDO DE OLIVEIRA							
Valor Homologado: R\$ 360.788,00 (trezentos e sessenta mil, setecentos e oitenta e oito reais)							
Prazo da Ata de Registro de Preços: 12 meses							
Item	Código	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit. RS	Valor Total RS	
1	58262	Serviços metalúrgicos de solda, corte, dobra, furações, fixação de peças, alinhamento, desencurvamento, transporte, reforma, conserto, montagem e outros, visando o reparo e adequações técnicas em estruturas metálicas (exemplos: portas, portões, janelas, grades, corrimãos, trilhos, telas, grelhas, entre outros correlatos).	H	3350	R\$ 50,00	R\$ 167.500,00	
2	58263	Serviços metalúrgicos de solda, corte, dobra, furações, fixação de peças, alinhamento, desencurvamento, transporte, reforma, conserto, montagem e outros, visando o reparo e adequações técnicas em estruturas metálicas (exemplos: calhas, rufos, coberturas, telhas, reparos e fabricação de traves para gol de futebol de salão e quadra de esporte, entre outros correlatos).	H	2612	R\$ 74,00	R\$ 193.288,00	

Paço Municipal Wilson Ferreira Varella, 15 de Fevereiro de 2023.
Marco Antonio Franzato
Prefeito

EXTRATO DE CONTRATO							
CONTRATO N° 175/2023 - LCT-PMC							
PARTES: MUNICÍPIO DE CIANORTE, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, com sede no Centro Cívico nº 100, inscrita no CNPJ/MF nº 76.309.806/0001-28 e a empresa CADIASEL BOMBAS INJETORAS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, com sede à RUA Vereador Djalma Magalhães Barros, 8538, ZONA 11B, CEP 87209409, na cidade de CIANORTE/PR, inscrita no CNPJ/MF sob nº 82.007.279/0001-08.							
FUNDAMENTO LEGAL: O contrato decorre do processo de licitação modalidade Pregão Eletrônico nº 166/2022.							
OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços mecânicos, elétricos, tapeçaria, fundição, entre outros, bem como aquisição das respectivas peças, lubrificantes e outros componentes para os veículos pesados em geral pertencentes à frota do município de Cianorte.							
VALOR: R\$ 285.750,00 (duzentos e oitenta e cinco mil, setecentos e cinquenta reais)							
PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA: 31/12/2023							
Paço Municipal Wilson Ferreira Varella, em 01 de fevereiro de 2023.							
Marco Antonio Franzato Prefeito							

EXTRATO DE CONTRATO							
CONTRATO N° 185/2023 - LCT-PMC							
PARTES: MUNICÍPIO DE CIANORTE, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, com sede no Centro Cívico nº 100, inscrita no CNPJ/MF nº 76.309.806/0001-28 e a empresa DEDETIZADORA CIANORTE - HIGIENIZAÇÃO E PRODUTOS SANEANTES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede à AVENIDA ALLAN KARDEC, 691, ZONA ARMAGEM, CEP 87207012, na cidade de CIANORTE/PR, inscrita no CNPJ/MF sob nº 08.941.433/0001-53.							
FUNDAMENTO LEGAL: O contrato decorre do processo de licitação modalidade Pregão Eletrônico nº 115/2022.							
OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviço de desinfestização, desratização, limpeza de reservatórios de água e tratamento de água para o Município de Cianorte.							
VALOR: R\$ 124.252,24 (cento e vinte e quatro mil, duzentos e cinquenta e cinco reais e vinte e quatro centavos)							
PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA: 12 MESES							
Paço Municipal Wilson Ferreira Varella, em 02 de fevereiro de 2023.							
Marco Antonio Franzato Prefeito							

EXTRATO DE CONTRATO							
CONTRATO N° 194/2023 - LCT-PMC							
PARTES: MUNICÍPIO DE CIANORTE, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, com sede no Centro Cívico nº 100, inscrita no CNPJ/MF nº 76.309.806/0001-28 e a empresa M. TESTA & CONFECCÃO, pessoa jurídica de direito privado, com sede à AVENIDA GENÉI UEHARA, 1263, Jardim nova italia, CEP 87203196, na cidade de CIANORTE/PR, inscrita no CNPJ/MF sob nº 23.829.339/0001-09.							
FUNDAMENTO LEGAL: O contrato decorre do processo de licitação modalidade Pregão Eletrônico nº 165/2022.							
OBJETO: Aquisição de tintas e materiais de pintura para serem utilizados em diversos prédios públicos de Cianorte.							
VALOR: R\$ 109.890,00 (cento e nove mil, novecentos e noventa e oito reais e nove centavos)							
PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA: 31/12/2023							
Paço Municipal Wilson Ferreira Varella, em 03 de fevereiro de 2023.							
Marco Antonio Franzato Prefeito							

EXTRATO DE CONTRATO							
CONTRATO N° 214/2023 - LCT-PMC							
PARTES: MUNICÍPIO DE CIANORTE, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, com sede no Centro Cívico nº 100, inscrita no CNPJ/MF nº 76.309.806/0001-28 e a empresa AÇA AUTOMÓVEIS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede à PR 317, 6555, Parque Industrial, CEP 87065005, na cidade de MARINGÁ/PR, inscrita no CNPJ/MF sob nº 24.380.089/0001-27.							
FUNDAMENTO LEGAL: O contrato decorre do processo de licitação modalidade Dispensa nº 11/2023.							
OBJETO: Contratação de empresa para revisão obrigatória em concessionária dentro do período de garantia, para manutenção da garantia de fábrica, na Iveco Daily 45-170 CD – placa RHY8A27, da Dietran.							
VALOR: R\$ 1.832,28 (Um mil e oitenta e dois reais e vinte e oito centavos).							
PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA: 60 dias.							
Paço Municipal Wilson Ferreira Varella, em 07 de Fevereiro de 2023.							
Marco Antonio Franzato Prefeito							

EXTRATO DE CONTRATO							
CONTRATO N° 219/2023 - LCT-PMC							
PARTES: MUNICÍPIO DE CIANORTE, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, com sede no Centro Cívico nº 100, inscrita no CNPJ/MF nº 76.309.806/0001-28 e a empresa A. A. OCHI-ME, pessoa jurídica de direito privado, com sede à AV. AMÉRICA, 3060, ZONA DE ARMAGEM, CEP 87207004, na cidade de CIANORTE/PR, inscrita no CNPJ/MF sob nº 08.758.497/0001-13.							
FUNDAMENTO LEGAL: O contrato decorre do processo de licitação modalidade Pregão Eletrônico nº 15/2022.							
OBJETO: Contratação de empresa para serviços de pintura e aplicação e lixamento de massa PVA ou acrílica.							
VALOR: R\$ 42.910,04 (quarenta e dois mil, trezentos e noventa e um reais e quatro centavos)							
PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA: 31/12/2023							
Paço Municipal Wilson Ferreira Varella, em 08 de fevereiro de 2023.							
Marco Antonio Franzato Prefeito							


EXTRATO DE CONTRATO							
CONTRATO N° 229/2023 - LCT-PMC							
PARTES: MUNICÍPIO DE CIANORTE, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, com sede no Centro Cívico nº 100, inscrita no CNPJ/MF nº 76.309.806/0001-28 e a pessoa física DANIELA CESCHINI DE SOUZA QUEIROZ, portadora da Cédula de Identidade RG nº 6.246.253-1 SSP/PR e inscrita CPF nº 021.370.409-99, sediada na Rua Cuiabá, 320, Zona 02, na Cidade de Cianorte, Estado do Paraná.							
FUNDAMENTO LEGAL: O contrato decorre do processo de licitação modalidade Inexigibilidade nº 16/2023.							
OBJETO: Contratação de pessoa física Ana Paula Ozellame, inscrita no CPF nº 060.707.359-43, na forma do Chamamento Público 07/2022, visando a prestação de serviços de professor na área de robótica junto as escolas e centros municipais de educação infantil e eventos públicos.							
VALOR: R\$ 22.322,16 (vinte e dois mil trezentos e vinte e dois reais e dezesseis centavos).							
PRAZO DE EXECUÇÃO: 20/12/2023 e VIGÊNCIA: 31/12/2023							
Paço Municipal Wilson Ferreira Varella, em 09 de fevereiro de 2023.							
Marco Antonio Franzato Prefeito							

EXTRATO DE CONTRATO							
CONTRATO N° 244/2023 - LCT-PMC							
PARTES: MUNICÍPIO DE CIANORTE, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, com sede no Centro Cívico nº 100, inscrita no CNPJ/MF nº 76.309.806/0001-28 e a ANA PAULA OZELLAME, pessoa física, residente na Rua Capetzingá, 56, CEP 87205-072, na Cidade de Cianorte, Estado do Paraná, portadora da Cédula de Identidade 9.707.202-7 SSP/PR e inscrita CPF nº 060.707.359-43.							
FUNDAMENTO LEGAL: O contrato decorre do processo de licitação modalidade Inexigibilidade nº 21/2023.							
OBJETO: Contratação de pessoa física Ana Paula Ozellame, inscrita no CPF nº 060.707.359-43, na forma do Chamamento Público nº 001/2022, visando a prestação de serviços de professor intérprete/bilingue de libras junto às escolas e centros municipais de educação infantil e eventos públicos.							
VALOR: R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais).							
PRAZO DE EXECUÇÃO: 20/12/2023 e VIGÊNCIA: 31/12/2023.							
Paço Municipal Wilson Ferreira Varella, em 14 de fevereiro de 2023.							
Marco Antonio Franzato Prefeito							

EXTRATO DE CONTRATO							
CONTRATO N° 246/2023 - LCT-PMC							
PARTES: MUNICÍPIO DE CIANORTE, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, com sede no Centro Cívico nº 100, inscrita no CNPJ/MF nº 76.309.806/0001-28 e a empresa SEPE - SISTEMA EDUCACIONAL, FAMILIA E ESCOLA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede à Rua Máximo João Kopp, 167, Bairro Santa Cândida, CEP 82630492, na cidade de CURITIBA/PR, inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.874.813/0001-00.							
FUNDAMENTO LEGAL: O contrato decorre do processo de licitação modalidade Pregão Eletrônico nº 216/2022.							
OBJETO: Aquisição de livros didáticos (Coleção Feito Criança), em atendimento à Secretaria Municipal de Educação de Cianorte.							
VALOR: R\$ 200.600,00 (duzentos e noventa mil e sessentos reais)							
PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA: 31/12/2023							
Paço Municipal Wilson Ferreira Varella, em 15 de fevereiro de 2023.							
Marco Antonio Franzato Prefeito							

EXTRATO DE CONTRATO							
CONTRATO N° 248/2023 - LCT-PMC							
PARTES: MUNICÍPIO DE CIANORTE, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, com sede no Centro Cívico nº 100, inscrita no CNPJ/MF nº 76.309.806/0001-28 e a empresa ODAIR JOSE CARDOSO ME, pessoa jurídica de direito privado, com sede à Estrada para Fecula, SN, Lote 804-805, CEP 87200-970, na cidade de Cianorte/PR, inscrita no CNPJ/MF sob nº 24.682.222/0001-08.							
FUNDAMENTO LEGAL: O contrato decorre do processo de licitação modalidade Pregão Eletrônico nº 214/2022.							
OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviço de lavagem de veículos leves e pesados.							
VALOR: R\$ 34.189,50 (trinta e quatro mil, cento e oitenta e nove reais e cinquenta centavos)							
PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA: 30/06/2023							
Paço Municipal Wilson Ferreira Varella, em 15 de fevereiro de 2023.							
Marco Antonio Franzato Prefeito							

EXTRATO DE CONTRATO	
CONTRATO N° 249/2023 - LCT-PMC	
PARTES:	
MUNICÍPIO DE CIANORTE,	Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, com sede ao Centro Cívico nº 100, inscrita no CNPJ/MF nº 76.309.806/0001-28 e a empresa MAURO PEDRO DE LIMA 23679107900, pessoa jurídica de direito privado, com sede à PRAÇA OLÍMPICA, 222, ZONA 03, CEP 87209106, na cidade de CIANORTE/PR, inscrita no CNPJ/MF sob nº 39.925.871/0001-51.
FUNDAMENTO LEGAL: O contrato decorre do processo de licitação modalidade Pregão Eletrônico nº 214/2022.	
OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviço de lavagem de veículos leves e pesados.	
VALOR: R\$ 17.226,00 (dezoito mil, duzentos e vinte e seis reais)	
PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA: 30/06/2023	
Paço Municipal Wilson Ferreira Varella, em 15 de fevereiro de 2023.	
Marco Antonio Franzato	
Prefeito	



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPURÁ

Avenida Rêgina 165 - Centro - Fone: (11) 3052-1127 - Fax: (11) 3051-5020
E-mail: japura@japura.sp.gov.br - Japurá - SP

Estado do Paraná

EXTRATO DO CONTRATO Nº 38/2023
LICITAÇÃO Nº 17/2023 - PMMSIP
CONTRATADA: MUNICÍPIO DE JAPURÁ
CONTRATO: IRIGARIEN SISTEMAS DE IRRIGAÇÃO LTDA - CNPJ Nº 10.957.000/0001-82
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE GEOMEMBRANA PLÁSTICA, GEOTECNICO DRENANTE E TUBO EM URETA VISANTE AMPLIAÇÃO DO CANAL SANITÁRIO DO SETOR 01, DO BAIRRO SÃO MANOEL DO PARANÁ - JAPURÁ - PR.
VALOR GLOBAL: R\$ 70.885.211,60 (Setenta e Oito Milhões e Quinhentos e Um Real e Vinte e Um Centavos).
PRazo de validade: A validade será de: 90 (noventa e) dias, contados da data de assinatura do contrato. (17/02/2023)

DATA DE ASSINATURA: 17/02/2023

ADRIANA CRISTINA POLIZER
Prefeita Municipal


MUNICÍPIO DE SÃO MANOEL DO PARANÁ
Estado do Paraná
PRaza Páris - 10 - Fone/Fax: (11) 3444-1114 / 3444-1100
E-mail: comarca@saomanoel-do-parana.pr.gov.br
CEP 77.215-000 - São Manoel do Paraná - Paraná
CNP J - 80.909.617/0001-63

EXTRATO DE CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 11/2023 - PMMSIP
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 17 de fevereiro de 2023
CONTRATADA: Município de São Manoel do Paraná, Estado do Paraná, com sede à Rua Paraná, nº 240 - Japará, Japará - PR
CONTRATADO: ESTER CAETANO CORREIA DO NASCIMENTO - CNPJ nº 08.808.617/0001-63
OBJETO: Locação de imóvel para uso de escritório, sendo o mesmo situado e domiciliado na Praça da Divisão, lote 35C, Zona Rural, CEP: 87215-000, na cidade de São Manoel do Paraná, portadora da matrícula nº 7.384.683-4, SSP/PR nº 10.957.000/0001-82, inscrita no CNPJ nº 08.808.617/0001-63.
OBJETO O Presente Contrato tem como objeto a Locação de imóvel, urbano CONSTRUÇÃO COMERCIAL, em alvenaria situada no endereço: Rua do Comércio nº 2923, Lote 1, com área de construção de 126,00 metros quadrados e área total de 311,25 metros quadrados e sol matricula nº 22093.
Observações: Processo de Dispensa de Licitação nº 14/2023 - PMMSIP
VALOR GLOBAL: R\$11.496,00 (Onze mil e quatrocentos e nove reais e seis centavos).
PRazo de validade: O presente Contrato terá vigência até 31/01/2024, contados a partir 01/02/2023.
FORO: Competência do Juízo do Município de São Manoel do Paraná.

PAÇO MUNICIPAL "Treze de Setembro" de São Manoel do Paraná, em 17 de fevereiro de 2023.

AGNALDO TREVISAN
Prefeito Municipal
(Original Assinado)

[illegible]

 **PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPURÁ**
Rua Municipal "Manoel Pereira Filho"
Fone: (44) 3655-1327 - Fax: 3655-1306 - C.E.P.: 71788-000/39
MÉDICA - TATIANA SOARES

X. Qualificação Cadastral de E-Social, disponível em:
<http://consulnacionalnfe.irs.gov.br/consultas/consultas/index.shtml>

XI. Certidão de casamento ou nascimento;

XII. Certidão de casamento de menores de 14 anos de idade;

XIII. CPF dos filhos menores de 18 anos de idade;

XIV. Certidão de Cartão Registro Civil e Criminal da Comarca onde o candidato residir nos 5 (cinco) últimos anos;

XV. Certidão Negativa de Débitos da Receita Federal, disponível em:
<http://portal.irsbr.gov.br/irsbr/consultas/consultas/index.jsp#FIMFIR>

XVI. Certidão Negativa de Débitos da Receita Estadual, disponível em:
<http://www.irsbr.gov.br/irsbr/consultas/consultas/index.jsp#FIMFIR>

XVII. Certidão Negativa de Débitos do Município de Japurá, disponível em:
<http://portal.irsbr.gov.br/irsbr/consultas/consultas/index.jsp#FIMFIR> e
Certidão Negativa do Município de Japurá;

XVIII. Certidão de Antecedentes Civil e Criminal da Justiça Federal, disponível em:
<http://www2.trf.jus.br/irsbr/consultas/consultas/index.jsp#FIMFIR>

XIX. Certidão de Qualificação Eleitoral, disponível em:
<http://www.tse.jus.br/irsbr/consultas/consultas/index.jsp#FIMFIR>

X. Certidão de Crimes e Antecedentes Criminais, disponível em:
<http://www.trf.jus.br/irsbr/consultas/consultas/index.jsp#FIMFIR>

XI. Atestado de Antecedentes Criminais da Polícia Civil do Paraná, disponível em:
<http://www.policiacivil.pr.gov.br/irsbr/consultas/consultas/index.jsp#FIMFIR>

XII. Atestado Médico de Aptidão emitido por Médico do Trabalho;

XIII. Atestado Médico de Aptidão para exercer as funções (se Pessoa com Deficiência);

XIV. 02 folhas 3x4 recentes;

XV. Atestado de Vacinação dos filhos menores de 14 anos;

XVI. Declaração de não acumulo de cargo público;

XVII. Declaração de Bens ou Cópia da Declaração de Imposto de Renda;

XVIII. Comprovante de Residência;


XIX. Conta Corrente ou Conta Pagamento no BANCO BRADESCO.

Outros documentos poderão ser solicitados no momento da entrega da documentação.
Depois de conferidos os documentos serão protocolados para posterior parecer de regularidade.

Papa Municipal Manoel Pereira Filho de Japurá em 17 de fevereiro de 2023.

ADRIANA CRISTINA POLIZER
PREFEITA MUNICIPAL

Avenida Bolívar 70, 305, Centro, CEP 71225-005 – e-mail: japurapra.gpe@japurapra.pr.gov.br

 PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPURÁ Poço Municipal "Manoel Pereira Filho" Paço Municipal - Av. 15 de Novembro, 100 - Centro - Japurá - RO 74903-000 Fone: (064) 625-5251 - Fax: (064) 625-1000 - E-mail: japurapre@ro.net.br									
441242	ANTONIO VITAL DA SILVA	09/05/1979	1,12	60	310	512	6,5	34,2	14
441243	ANTONIO VITAL DA SILVA	09/05/1979	1,12	60	310	512	6,5	34,2	14
441244	ANTONIO VITAL DA SILVA	09/05/1979	1,12	60	310	512	6,5	34,2	14
441245	ANTONIO VITAL DA SILVA	09/05/1979	1,12	60	310	512	6,5	34,2	14
441246	ANTONIO VITAL DA SILVA	09/05/1979	1,12	60	310	512	6,5	34,2	14
441247	ANTONIO VITAL DA SILVA	09/05/1979	1,12	60	310	512	6,5	34,2	14
441248	ANTONIO VITAL DA SILVA	09/05/1979	1,12	60	310	512	6,5	34,2	14
441249	ANTONIO VITAL DA SILVA	09/05/1979	1,12	60	310	512	6,5	34,2	14
441250	ANTONIO VITAL DA SILVA	09/05/1979	1,12	60	310	512	6,5	34,2	14
441251	ANTONIO VITAL DA SILVA	09/05/1979	1,12	60	310	512	6,5	34,2	14
441252	ANTONIO VITAL DA SILVA	09/05/1979	1,12	60	310	512	6,5	34,2	14
441253	ANTONIO VITAL DA SILVA	09/05/1979	1,12	60	310	512	6,5	34,2	14
441254	ANTONIO VITAL DA SILVA	09/05/1979	1,12	60	310	512	6,5	34,2	14
441255	ANTONIO VITAL DA SILVA	09/05/1979	1,12	60	310	512	6,5	34,2	14
441256	ANTONIO VITAL DA SILVA	09/05/1979	1,12	60	310	512	6,5	34,2	14
441257	ANTONIO VITAL DA SILVA	09/05/1979	1,12	60	310	512	6,5	34,2	14
441258	ANTONIO VITAL DA SILVA	09/05/1979	1,12	60	310	512	6,5	34,2	14
441259	ANTONIO VITAL DA SILVA	09/05/1979	1,12	60	310	512	6,5	34,2	14
441260	ANTONIO VITAL DA SILVA	09/05/1979	1,12	60	310	512	6,5	34,2	14
441261	ANTONIO VITAL DA SILVA	09/05/1979	1,12	60	310	512	6,5	34,2	14
441262	ANTONIO VITAL DA SILVA	09/05/1979	1,12	60	310	512	6,5	34,2	14
441263	ANTONIO VITAL DA SILVA	09/05/1979	1,12	60	310	512	6,5	34,2	14
441264	ANTONIO VITAL DA SILVA	09/05/1979	1,12	60	310	512	6,5	34,2	14
441265	ANTONIO VITAL DA SILVA	09/05/1979	1,12	60	310	512	6,5	34,2	14
441266	ANTONIO VITAL DA SILVA	09/05/1979	1,12	60	310	512	6,5	34,2	14
441267	ANTONIO VITAL DA SILVA	09/05/1979	1,12	60	310	512	6,5	34,2	14
441268	ANTONIO VITAL DA SILVA	09/05/1979	1,12	60	310	512	6,5	34,2	14
441269	ANTONIO VITAL DA SILVA	09/05/1979	1,12	60	310	512	6,5	34,2	14
441270	ANTONIO VITAL DA SILVA	09/05/1979	1,12	60	310	512	6,5	34,2	14
441271	ANTONIO VITAL DA SILVA	09/05/1979	1,12	60	310	512	6,5	34,2	14
441272	ANTONIO VITAL DA SILVA	09/05/1979	1,12	60	310	512	6,5	34,2	14
441273	ANTONIO VITAL DA SILVA	09/05/1979	1,12	60	310	512	6,5	34,2	14
441274	ANTONIO VITAL DA SILVA	09/05/1979	1,12	60	310	512	6,5	34,2	14
441275	ANTONIO VITAL DA SILVA	09/05/1979	1,12	60	310	512	6,5	34,2	14
441276	ANTONIO VITAL DA SILVA	09/05/1979	1,12	60	310	512	6,5	34,2	14
441277	ANTONIO VITAL DA SILVA	09/05/1979	1,12	60</					

[illegible][illegible]

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO MANOEL DO PARANÁ

EDITAL N.º 12.001/2022
RESULTADO PRELIMINAR DA PROVA DE TÍTULOS

O Prefeito do Município de São Manoel do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Edital, em conformidade com a Constituição Federal e com as demais normas infraconstitucionais afins à matéria, **TORNA PÚBLICO o Resultado Preliminar da Prova de Títulos** do Concurso Público n.º 001/2022, nos seguintes termos:

Art.1.º Fica divulgado mediante **ANEXO ÚNICO** deste Edital, o resultado preliminar da Prova de Títulos.

Art.2.º O candidato poderá consultar individualmente o seu desempenho na prova de títulos, acessando o campo "Área do Candidato", disponível no endereço eletrônico www.fundacaofapra.org.br.



Art.3.º Quanto ao resultado da Prova de títulos divulgado neste expediente, caberá interposição de recurso, no período das **08h do dia 22/02/2023 até às 23h59min do dia 23/02/2023**, observado o horário oficial de Brasília/DF. O candidato interessado em interpor recurso deverá acessar a "Área do Candidato", disponível no endereço eletrônico www.fundacaofapra.org.br.

Art.4.º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

São Manoel do Paraná, 17 de fevereiro de 2023.

Agnaldo Trevisan
Prefeito

Glauco Miaki
Presidente da Comissão

	MUNICÍPIO DE SÃO MANOEL DO PARANÁ - PR CONCURSO PÚBLICO - 001/2022 ORGANIZAÇÃO: FUNDAÇÃO FAPRA (CNPJ Nº 08.368.943/0001-76)		
ANEXO ÚNICO DO EDITAL N.º 12.001/2022 - RESULTADO PRELIMINAR DA PROVA DE TÍTULOS			
4499 - EDUCADOR INFANTIL - SÃO MANOEL DO PARANÁ			
INSCRIÇÃO	NOME	PONTOS	MODALIDADE
0003946	ALINE DA SILVA DA FONSECA	1,00	Ampla Condição
0004226	ADRIANA AZEVEDO SOBRIN	1,00	Ampla Condição
0004419	ANA MARIA PASSOS DOS SANTOS	2,00	Ampla Condição
0003989	ANDREIA LIMA SOARES	6,25	Ampla Condição
0004530	ANNA JULIA DE OLIVEIRA	1,00	Ampla Condição
0004169	BEATRIZ FERREIRO FREITO	5,75	Ampla Condição
0004851	BENITOZ SOARES	6,00	Ampla Condição
0004490	BRANCA RAQUEL SILVA ALVES	1,00	Ampla Condição
0003968	BRUNA CARLA POLI BALDARIO	7,00	Ampla Condição
0004128	BRUNA MORAES OLIVEIRA	8,00	Ampla Condição
0004713	CARINA MILANI	1,00	Ampla Condição
0004494	CASSIA SANTANA DE CARVALHO RUGIERI	2,25	Ampla Condição
0004044	CINDY SANTOS FONSECA	4,00	Ampla Condição
0004308	ERICA ELLER FRETO FRANCOZA	4,00	Ampla Condição
0004462	GUABIRU A MARCONES GARCIA LUZ	4,00	Ampla Condição
0003930	INÊS LOURENÇO DAS DORES	3,00	Ampla Condição
0004390	ISABELI SCHMITZ DE SOUZA	6,00	Ampla Condição
0004022	IVANILDE APARECEIDA LUCAS PEREIRO	7,00	Ampla Condição
0004196	JESSICA LACERDA NEGRINE MARIELLI	3,00	Ampla Condição
0004358	JESSICA MARIA APARECEIDA OLIVEIRA FIGUEIREDO	5,00	Ampla Condição
0004688	JOSIANE PEREIRO AGUIAR SATIN	5,00	Ampla Condição
0004098	LAIS RIBEIRO DA SILVA	1,00	Ampla Condição
0004514	LEILA TENDE DA SILVA	6,25	Ampla Condição
0004522	LUIANA ALVES DA SILVA	3,00	Ampla Condição
0004514	LUCIANE CRISTINA FERREIRA NEGRINE	5,00	Ampla Condição
0004014	MARIA EDUARDA APARECEIDA DOS SANTOS BORGES	1,00	Ampla Condição
0004055	MARIA EDUARDA LIMA FREITO	2,00	Ampla Condição
0004840	MIRELLA DE ABREU	5,00	Ampla Condição
0004194	NATÁLIA SOARES QUEMELO	5,00	Ampla Condição
0004143	PABIELLA CRISTINA BARBOSA MANGALHINS	3,00	Ampla Condição
0004306	PATRICIA NEGRINE OLIVEIRA	5,00	Ampla Condição
0004340	RENATA FERNANDES DE ARAUJO ANEIRE	1,00	Ampla Condição
0004467	ROSAMARI APARECEIDA COLAMBO CELESTINO	5,00	Ampla Condição
0003993	ROZELIANE MARIA SALES	7,00	Ampla Condição
0004059	ROSAMARIA SANTOS FLORENCIO	2,00	Ampla Condição
0004042	SIMONE MOREIRA CORREIA	7,00	Ampla Condição
0004879	SRIELI DA SILVA SOUZA	5,00	Ampla Condição
0004712	SUZANNA APARECEIDA DOS SANTOS	1,00	Ampla Condição
0004176	TATIANA RODRIGUES PIETO MARICLIO	3,00	Ampla Condição
0004844	THAIS LACERDA FERNANDES	4,00	Ampla Condição
0004170	TSUGUE KAWANO	10,00	Ampla Condição
0004467	VALDINEIA CRISTINA DOS SANTOS SILVA	2,00	Ampla Condição
0004176	VALERIA VICENTIN REIS	7,00	Ampla Condição
0004272	WANDISSA BANDEIRA DE ARAUJO	6,75	Ampla Condição
4501 - PROFESSOR - SÃO MANOEL DO PARANÁ			
INSCRIÇÃO	NOME	PONTOS	MODALIDADE
0004371	ADRIANA PEREIRA DA SILVA SOGOTTI	3,00	Ampla Condição
0004302	ANA MARIA BRANDZOTTE	5,00	Ampla Condição
0004419	ANGELI DE SOUZA CARDOZO	4,75	Ampla Condição
0004912	ANGÉLICA TABACHIN SANTANA	5,00	Ampla Condição
0004679	CARLA FERREIRA MIRA SOUZA	1,00	Ampla Condição
0004475	DIANA DE CARVALHO RIBEIRO DE ALMEIDA	5,00	Ampla Condição
0004791	ELIANE GUEDES CAVALCANTE	5,00	Ampla Condição
0003981	FERNANDA LACERDA FERNANDES	4,00	Ampla Condição
0004686	LUCAS MATEUS DE OLIVEIRA LOURENÇO	4,25	Ampla Condição
0003967	MARIANA RAFAELA FRANCIELIN	7,00	Ampla Condição
0004350	MEIRE ALVARADO DE ARAUJO	6,75	Ampla Condição
0003995	PATRICIA VILAS BOAS DOS SANTOS	5,00	Ampla Condição
4510 - PROFESSOR COM HABILITAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA - SÃO MANOEL DO PARANÁ			
INSCRIÇÃO	NOME	PONTOS	MODALIDADE
0004009	ALINE APARECEIDA DE AGUIAR BASILIN	3,00	Ampla Condição
0004203	CLAUDIO ROBERTO DOS SANTOS	5,00	Ampla Condição
0004252	JEFFERSON ALESSANDRO GARCIA	6,00	Ampla Condição
0003927	JENIFFER LAIS DE SOUZA ROSSINI	5,00	Ampla Condição
0004070	KALIANE LADADESSA FARIAS	2,00	Ampla Condição
0004119	RAFAELA DE OLIVEIRA SATTO	1,00	Ampla Condição
4516 - PROFESSOR COM HABILITAÇÃO EM LÍNGUA INGLESA - SÃO MANOEL DO PARANÁ			
INSCRIÇÃO	NOME	PONTOS	MODALIDADE
0004018	ANA MARIA BRANDZOTTE	3,00	Ampla Condição

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPURÁ

Paço Municipal “Manoel Peres Filho”
Fone: (041) 3635-1690 - Fax: 3635-13100 – CNPJ Nº. 75.788.349/0001-39
JAPURÁ - ESTADO DO PARANÁ

DECRETO Nº 021/2023

Súmula: Decreta Ponto Facultativo e dá outras providências.

ADRIANA CRISTINA POLIZER, Prefeita do Município de Japurá – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º. Fica decretado PONTO FACULTATIVO nos dias 20 de fevereiro de 2023 e 21 de fevereiro de 2023, em todas as repartições públicas municipais, em caráter de recesso do CARNAVAL, reiniciando-se as atividades no dia 22 de fevereiro de 2023.

Parágrafo Único – As atividades dos órgãos públicos municipais não funcionarão nos dias 20 de fevereiro de 2023 e 21 de fevereiro de 2023, com exceção daquelas consideradas essenciais, que por sua natureza e necessidade da população não poderão ser paralisadas.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal “Manoel Peres Filho” de Japurá, Estado do Paraná, aos 16 dias de fevereiro de 2023.

ADRIANA CRISTINA POLIZER
Prefeita Municipal

Prefeitura Municipal de Japurá

Avenida Bolívar, 363 – Centro – Fone: (44) 3635-1327 – Fax: (44) 3635-1300
e-mail: administracao@japra.org.br – CEP: 87223-000 – CNPJ: 73.783.349-0001-39 – Japurá-PR.

Estado do Paraná

AVISO DE LICITAÇÃO - EXCLUSIVO ME E EPP
PREFERENCIA LOCAL E REGIONAL
LICITAÇÃO Nº 20/2023
PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2023

O MUNICÍPIO DE JAPURÁ, ESTADO DO PARANÁ, TORNA PÚBLICO QUE ÀS 14:00 HORAS DO DIA 03/03/2023, FARÁ REALIZAR NA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPURÁ, À AV. BOLIVAR, 363, **PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS**, CONFORME ESPECIFICA ABAIXO:

DESCRIÇÃO DO OBJETO: CONSTITUIR OBJETO DESTA LICITAÇÃO A REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE AGASALHOS E FARDAMENTOS EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE ESPORTES DO MUNICÍPIO DE JAPURÁ-PR.

O CRITÉRIO DE JULGAMENTO SERÁ O MENOR PREÇO POR LOTE.

VALOR MÁXIMO - R\$ 150.674,00 (Cento e Cinquenta Mil, Seiscentos e Setenta e Quatro Reais).

O EDITAL ESTARÁ À DISPOSIÇÃO DOS INTERESSADOS NA SEÇÃO DE LICITAÇÕES, DA PREFEITURA MUNICIPAL, EM DIAS ÚTEIS NO HORÁRIO DAS 07:30 ÀS 11:30 e DAS 13:00 ÀS 17:00 HORAS. INFORMAÇÕES PODERÃO SER OBTIDAS PELO TELEFONE (44) 3635-1327 OU (44) 3635-1690 OU PELO E-MAIL licitajapura@gmail.com. O MUNICÍPIO NÃO TEM CONTROLE DE RETIRADA DE EDITAL NOS MEIOS ELETRÔNICOS, POR TANTO, NÃO SE RESPONSABILIZARÁ PELO EDITAL, ANEXOS E DEMAIS INFORMAÇÕES OBTIDOS OU CONHECIDOS DE FORMA ADIVERSA OU EM LOCAL DIVERSO DO PUBLICADO. **NÃO HAVENDO PEDIDO FORMALIZADO DE RETIRADA DO EDITAL EXIME A ADMINISTRAÇÃO E O DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES DA COMUNICAÇÃO DE EVENTUAIS RETIFICAÇÕES OCORRIDAS NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO, BEM COMO DE QUAISQUER INFORMAÇÕES ADICIONAIS.**

JAPURÁ, 17/02/2023

WILLIAN FERREIRA SARDI
Pregoeiro

DENGUE

AQUI NÃO!

TIRE UM TEMPINHO E TOME A ATITUDE CERTA. O MOSQUITO DA DENGUE TAMBÉM TRANSMITE CHIKUNGUNYA E ZIKA.

10 MINUTOS CONTRA A DENGUE

Com apenas 10 minutos por semana você consegue fazer uma checagem rápida em sua casa nos locais onde o mosquito costuma colocar seus ovos. Ao eliminar esses focos, você protege a saúde da sua família e dos seus vizinhos. Faça sua parte!

TRATE A ÁGUA DAS PISCINAS COM CLORO E LIMPE-AS UMA VEZ POR SEMANA.

COLOQUE O LIXO EM SACOS PLÁSTICOS E MANTENHA A LIXEIRA FECHADA.

ELIMINE A ÁGUA DOS VASOS DE PLANTAS.

GUARDE OS PNEUS EM LOCAIS COBERTOS.

LAVE COM ESCOVA O POTE DE ÁGUA DOS ANIMAIS

MANTENHA AS CALHAS SEMPRE LIMPAS PARA EVITAR O ACÚMULO DE ÁGUA.

GUARDE AS GARRAFAS SEMPRE DE BOCA PRA BAIXO.

VEDE TOTALMENTE A TAMPA DAS CAIXAS D'ÁGUA, GALÕES, TONÉIS, POÇOS E LATÕES.

FAMÍLIA NOTA 10 NÃO HOSPEDA O MOSQUITO AEDES AEGYPTI

GUERRA CONTRA A DENGUE. JUNTOS, SOMOS MAIS FORTES.

COLOQUE O LIXO EM SACOS PLÁSTICOS E MANTENHA A LIXEIRA BEM FECHADA.

MANTENHA BEM TAMPADOS TONÉIS E BARRIS D'ÁGUA.

MANTENHA A CAIXA D'ÁGUA BEM FECHADA. COLOQUE TAMBÉM UMA TELA NO LADRÃO DA CAIXA D'ÁGUA.

REMOVA FOLHAS, GALHOS E TUDO QUE POSSA IMPEDIR A ÁGUA DE CORRER PELAS CALHAS.

LAVE POR DENTRO, COM ESCOVA E SABÃO, OS UTENSÍLIOS USADOS PARA GUARDAR ÁGUA EM CASA.

TROQUE A ÁGUA DE VASOS DE PLANTAS AQUÁTICAS E LAVE-OS COM ÁGUA E SABÃO UMA VEZ POR SEMANA.

VIRE TODAS AS GARRAFAS COM A BOCA PARA BAIXO E EVITE QUE ACUMULE ÁGUA DENTRO DELAS.

COLOQUE NO LIXO TODO OBJETO NÃO UTILIZADO QUE POSSA ACUMULAR ÁGUA.

ENCHA DE AREIA OS PRATOS DAS PLANTAS OU LAVE-OS SEMANALMENTE.

LAVE SEMANALMENTE POR DENTRO OS TANQUES UTILIZADOS PARA GUARDAR ÁGUA.

NÃO DEIXE ÁGUA ACUMULADA SOBRE A LAJE.

FECHE BEM O SACO DE LIXO E DEIXE-O FORA DO ALCANCE DE ANIMAIS.

EVITE ÁGUA PARADA. PROTEJA SUA FAMÍLIA.

<div><div><div><div><div><div></div><div>CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS</div></div></div><div><div><div>Praça Caramuru, 442 - Centro - CEP 87.235-000 Fone/Fax (44) 3674-1314</div><div>CNPJ 01.565.333/0001-20 - E-mail: camara@cmindianopolis.pr.gov.br</div></div><div>INDIANÓPOLIS - ESTADO DO PARANÁ</div></div></div><div><div>RESOLUÇÃO LEGISLATIVA Nº901/2023</div><div>Regulamenta a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que dispõe sobre Licitações e Contratos Administrativos da Câmara Municipal de Indianópolis, Estado do Paraná.</div><div>JOSÉ ROBERTO MASCHIO, Presidente da Câmara Municipal de Indianópolis, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,</div><div>DECRETA:</div><div>CAPÍTULO I</div><div>DISPOSIÇÕES GERAIS</div><div>Art. 1º Este Decreto regulamenta a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que dispõe sobre Licitações e Contratos Administrativos, no âmbito do Poder Legislativo municipal de INDIANÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ.</div><div>Art. 2º O disposto neste Decreto abrange o Poder Legislativo municipal de INDIANÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ.</div><div>Art. 3º Na aplicação da Lei nº 14.133/2021, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 1994.</div><div>www.cmindianopolis.pr.gov.br</div></div></div></div>	<div><div><div><div><div><div></div><div>CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS</div></div></div><div><div><div>Praça Caramuru, 442 - Centro - CEP 87.235-000 Fone/Fax (44) 3674-1314</div><div>CNPJ 01.565.333/0001-20 - E-mail: camara@cmindianopolis.pr.gov.br</div></div><div>INDIANÓPOLIS - ESTADO DO PARANÁ</div></div></div><div><div>de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).</div><div>§ 1º A esta administração o órgão ou entidade é responsável pela governança das contratações e deve implementar processos e estruturas, inclusive de gestão de riscos e controles internos, para avaliar, direcionar e monitorar os processos licitatórios e os respectivos contratos, com o intuito de alcançar os objetivos estabelecidos na Lei de Licitações, promovendo um ambiente íntegro e confiável, assegurando o alinhamento das contratações ao planejamento estratégico e às leis orçamentárias e promover eficiência, efetividade e eficácia em suas contratações.</div><div>§ 2º Para os fins deste Decreto, consideram-se:</div><div>a) Agente Público: indivíduo que, em virtude de eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, exerce mandato, cargo, emprego ou função em pessoa jurídica integrante da Administração Pública;</div><div>b) Autoridade: agente público dotado de poder de decisão.</div><div>c) O edital obrigatoriamente será subscrito a Lei Federal nº 14.133/2021, podendo apenas conter complementos de vícios legais, caso existam; além dos critérios de condução e julgamento do procedimento licitatório.</div><div>CAPÍTULO II</div><div>DOS AGENTES QUE ATUAM NO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO</div><div>Art. 4º Os Agentes Públicos, designados por Portaria terão a seguinte denominação e atribuições:</div><div>a) AGENTE DE CONTRATAÇÃO: Ao Agente de Contratação, ou, conforme o caso, a Comissão de Contratação, incumbida condução da fase externa do processo licitatório, incluindo o recebimento e o julgamento das propostas, a seleção de condições mais vantajosas com o primato econômico, o exame de documentos, cabendo-lhes ainda:</div><div>I - conduzir a sessão pública;</div><div>II - receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos</div><div>www.cmindianopolis.pr.gov.br</div></div></div></div>	<div><div><div><div><div><div></div><div>CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS</div></div></div><div><div><div>Praça Caramuru, 442 - Centro - CEP 87.235-000 Fone/Fax (44) 3674-1314</div><div>CNPJ 01.565.333/0001-20 - E-mail: camara@cmindianopolis.pr.gov.br</div></div><div>INDIANÓPOLIS - ESTADO DO PARANÁ</div></div></div><div><div>stornos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos;</div><div>III - verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital;</div><div>IV - coordenar a sessão pública e o envio de lances, quando for o caso;</div><div>V - verificar e julgar as condições de habilitação;</div><div>VI - sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica;</div><div>VII - receber, examinar e decidir os recursos e encaminhar-lhe à autoridade competente quando mantiver sua decisão;</div><div>VIII - indicar o vencedor do certame;</div><div>IX - adjudicar o objeto, quando não houver recurso;</div><div>X - conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e</div><div>XI - encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade competente e propor a sua homologação.</div><div>§ 1º A comissão de contratação conduzirá o Diálogo Competitivo, e será designada por ato da autoridade superior, formada por servidores efetivos e empregados públicos na proporção de 2/3 (dois terços) para os agentes efetivos. A função inferior a mais permanecerá o número inferior maior, as iguais e superiores a mais passarão ao número inteiro maior.</div><div>§ 2º Caberá ao Agente de Contratação ou a Comissão de Contratação, além dos procedimentos auxiliares e que se referem a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a instrução dos processos de contratação direta nos termos do art. 72 da citada Lei, auxiliando os responsáveis pela elaboração dos seguintes documentos:</div><div>I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;</div><div>II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 da Lei 14.133/2021;</div><div>www.cmindianopolis.pr.gov.br</div></div></div></div>	<div><div><div><div><div><div></div><div>CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS</div></div></div><div><div><div>Praça Caramuru, 442 - Centro - CEP 87.235-000 Fone/Fax (44) 3674-1314</div><div>CNPJ 01.565.333/0001-20 - E-mail: camara@cmindianopolis.pr.gov.br</div></div><div>INDIANÓPOLIS - ESTADO DO PARANÁ</div></div></div><div><div>III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;</div><div>IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;</div><div>V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínimos necessários;</div><div>VI - razão da escolha do contratado;</div><div>VII - justificativa de preço;</div><div>VIII - autorização da autoridade competente.</div><div>Parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.</div><div>§ 3º O Agente de Contratação, assim como os membros da Comissão de Contratação, poderão ser servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes da Câmara Municipal, ou cedidos de outros órgãos ou entidades para atuar no Poder Legislativo.</div><div>§ 4º Conforme prevê a Lei 14.133/2021 em seu art. 176 os requisitos descritos neste §3º somente serão obrigatórios após 6 (seis) anos, contado da data de publicação da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. Dessa forma, o agente de contratação, durante o prazo mencionado, não precisará ser ocupante cargo efetivo ou emprego público dos quadros permanentes da Administração Pública.</div><div>§ 5º Caberá à autoridade máxima do órgão ou da entidade, ou a quem as normas de organização administrativa indicarem, promover gestão por competências e designar agentes públicos para o desempenho das funções essenciais à execução da Lei 14.133/2021 que preencham os seguintes requisitos:</div><div>I - sejam, preferencialmente, servidor efetivo ou empregado público dos quadros permanentes da Câmara Municipal;</div><div>www.cmindianopolis.pr.gov.br</div></div></div></div>
<div><div><div><div><div><div></div><div>CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS</div></div></div><div><div><div>Praça Caramuru, 442 - Centro - CEP 87.235-000 Fone/Fax (44) 3674-1314</div><div>CNPJ 01.565.333/0001-20 - E-mail: camara@cmindianopolis.pr.gov.br</div></div><div>INDIANÓPOLIS - ESTADO DO PARANÁ</div></div></div><div><div>II - tenham atribuições relacionadas a licitações e contratos ou possuam formação compatível ou qualificação atendida por certificação profissional emitida por escola de governo criada e mantida pelo poder público; e</div><div>III - não sejam cônjuge ou companheiro de licitantes ou contratados habituais da Administração nem tenham com eles vínculo de parentesco, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, ou de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista e civil.</div><div>IV - A autoridade referida no caput deste artigo deverá observar o princípio da segregação de funções, vedada a designação de mesmos agentes públicos para atuação simultânea em funções mais suscetíveis a riscos, de modo a reduzir a possibilidade de ocultação de erros e de ocorrência de fraudes na respectiva contratação.</div><div>V - O disposto no caput também se aplica aos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração.</div><div>§ 9º O Agente de Contratação e a Comissão de Contratação contarão, sempre que considerarem necessário, com o suporte dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno para o desempenho das funções listadas acima.</div><div>§ 7º O Agente de Contratação e a Comissão de Contratação contarão com auxílio permanente de Equipe de Apoio formada por, no máximo, 3 (três) membros, dentre servidores efetivos ou ocupantes de cargos em comissão da Câmara ou cedidos de outros órgãos ou entidades.</div><div>§ 8º O julgamento de impugnações a dispositivos editalícios caberá ao agente de contratação, que será realizado no prazo previsto na lei e publicado na imprensa oficial. No caso do acolhimento de impugnação que resulte em mudança substancial, o edital será republicado com a antecedência temporal definida em lei. Caso seja situações simples que não implique em alteração de propostas ou a inserção de novos documentos, a decisão será apenas comunicada aos licitantes participantes.</div><div>§ 9º No caso de recurso o julgamento poderá ser realizado pela autoridade que lhe deu causa, ou seja, o agente de contratação, no prazo definido em lei. Se este se declarar suspeito, encaminhará o recurso com as razões da inspeção à autoridade superior, que julgará o caso.</div><div>www.cmindianopolis.pr.gov.br</div></div></div></div>	<div><div><div><div><div><div></div><div>CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS</div></div></div><div><div><div>Praça Caramuru, 442 - Centro - CEP 87.235-000 Fone/Fax (44) 3674-1314</div><div>CNPJ 01.565.333/0001-20 - E-mail: camara@cmindianopolis.pr.gov.br</div></div><div>INDIANÓPOLIS - ESTADO DO PARANÁ</div></div></div><div><div>prazo previsto em lei.</div><div>§ 10 Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:</div><div>I - determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;</div><div>II - revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;</div><div>III - proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;</div><div>IV - adjudicar o objeto e homologar a licitação.</div><div>§ 11 Em licitação na modalidade Pregão, o Agente de Contratação responsável pela condução do certame será designado Pregoeiro. Este será o agente responsável pela condução da Licitação na modalidade Pregão, com poderes para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame; Será auxiliado, sempre que necessário, por Equipe de Apoio composta de técnicos nomeados, respondendo individualmente pelos atos que praticar, salvo quando induzido a erro pela atuação da Equipe; Será Assessorado, pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno, sobre modelos de minutas de editais, de termos de referência, de contratos padronizados e de outros documentos;</div><div>§ 12 Poderá ser substituído, no caso de licitação de bens ou serviços essenciais, por comissão de contratação que responderá solidariamente por todos os atos praticados, ressalvado o membro que expressar posição individual divergente fundamentada e registrada em ata.</div><div>§ 13 A Comissão de Contratação é o conjunto de agentes públicos indicados pela Administração, em caráter permanente ou especial, com a função de receber, examinar e julgar documentos relativos às licitações e aos procedimentos auxiliares; será formada por 3 (três) membros, que responderão solidariamente por todos os atos praticados pela Comissão, ressalvado o membro que expressar posição individual divergente fundamentada e registrada em ata lavrada na reunião em que houver sido tomada a decisão; é a responsável pela análise dos pedidos de esclarecimentos, impugnações e recursos administrativos que ocorrerem durante</div><div>www.cmindianopolis.pr.gov.br</div></div></div></div>	<div><div><div><div><div><div></div><div>CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS</div></div></div><div><div><div>Praça Caramuru, 442 - Centro - CEP 87.235-000 Fone/Fax (44) 3674-1314</div><div>CNPJ 01.565.333/0001-20 - E-mail: camara@cmindianopolis.pr.gov.br</div></div><div>INDIANÓPOLIS - ESTADO DO PARANÁ</div></div></div><div><div>o trâmite do processo de licitação, podendo conduzir a negociação, divulgando os resultados de sua decisão a todos os licitantes, sendo auxiliado, sempre que necessário, por Equipe de Apoio composta de técnicos nomeados, respondendo individualmente pelos atos que praticar, salvo quando induzido a erro pela atuação da Equipe; Será assessorado, pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno, sobre modelos de minutas de editais, de termos de referência, de contratos padronizados e de outros documentos; Poderá substituir o Agente de Contratação, no caso de licitação de bens ou serviços essenciais, sendo a condutora exclusiva da modalidade Diálogo Competitivo, sendo aduado a contratação de profissionais para elaboração do estudo técnico preliminar;</div><div>§ 14 Na medida de sua complexidade e importância para o Poder Legislativo, considerando, notadamente, a maiorização dos certames conduzidos e a necessidade de retensão e atratividade para o exercício da função de Pregoeiro e Agente de Contratação, quando oriundo deste Poder, contado com pessoas comprometidas e capacitadas para a realização dessa importante atividade, devendo ser regulamentado mediante Lei em caso de funcionário cedido, a autorização por parte do Poder Legislativo em capacitação.</div><div>Art. 8º Na designação de agente público ou político para atuar como Fiscal ou Gestor de contratos de que trata a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a autoridade do Poder Legislativo observará o seguinte:</div><div>I - a designação de agentes deve considerar a sua formação acadêmica ou técnica, ou seu comprometimento em relação ao objeto contratado;</div><div>II - a segregação entre as funções, vedada a designação do mesmo agente público para atuação simultânea naquelas mais suscetíveis a riscos durante o processo de contratação; e</div><div>III - previamente à designação, verificar-se-á o comprometimento concomitante do agente com outros serviços, além do quantitativo de contratos sob sua responsabilidade, com vistas a uma adequada fiscalização contratual.</div><div>§ 1º O Fiscal ou Gestor de contratos contará com o apoio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno para o desempenho das funções essenciais à execução do disposto na Lei</div><div>www.cmindianopolis.pr.gov.br</div></div></div></div>	<div><div><div><div><div><div></div><div>CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS</div></div></div><div><div><div>Praça Caramuru, 442 - Centro - CEP 87.235-000 Fone/Fax (44) 3674-1314</div><div>CNPJ 01.565.333/0001-20 - E-mail: camara@cmindianopolis.pr.gov.br</div></div><div>INDIANÓPOLIS - ESTADO DO PARANÁ</div></div></div><div><div>nº 14.133, de 1º de abril de 2021, sempre que entender necessário.</div><div>§ 2º O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão emitir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para a correta execução da contratação.</div><div>§ 3º O Fiscal ou Gestor de contratos contará com o apoio dos órgãos técnicos para o desempenho das funções essenciais à execução do disposto na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, sempre que entender necessário.</div><div>§ 4º Responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, permitida a contratação de terceiros para assistir e subsidiá-lo com informações pertinentes a essa atribuição;</div><div>§ 5º O Fiscal do Contrato poderá emitir registro próprio sobre as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das falhas ou dos defeitos observados;</div><div>§ 6º O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.</div><div>§ 7º A Administração terá o dever de explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução dos contratos regidos pela Lei Federal nº 14.133/2021, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato.</div><div>CAPÍTULO III</div><div>OBJETIVOS DO PROCESSO LICITATÓRIO</div><div>Art. 6º. São objetivos do Processo Licitatório:</div><div>I - assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto;</div><div>II - assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição;</div><div>www.cmindianopolis.pr.gov.br</div></div></div></div>
<div><div><div><div><div><div></div><div>CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS</div></div></div><div><div><div>Praça Caramuru, 442 - Centro - CEP 87.235-000 Fone/Fax (44) 3674-1314</div><div>CNPJ 01.565.333/0001-20 - E-mail: camara@cmindianopolis.pr.gov.br</div></div><div>INDIANÓPOLIS - ESTADO DO PARANÁ</div></div></div><div><div>III - evitar contratações com sobrepeso ou com preços manifestamente inusitados e superinflados na execução dos contratos;</div><div>IV - incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável;</div><div>V - instituir instrumentos que permitam, preferencialmente, a centralização dos procedimentos de aquisição e contratação de bens e serviços;</div><div>VI - criar catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras, admitida a adoção do catálogo do Poder Executivo federal por todos os entes federativos;</div><div>VII - instituir sistema informatizado de acompanhamento de obras, inclusive com recursos de imagem e vídeo;</div><div>VIII - instituir, com auxílio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno, modelos de minutas de editais, de termos de referência, de contratos padronizados e de outros documentos, admitida a adoção das minutas do Poder Executivo federal por todos os entes federativos;</div><div>IX - promover a adoção gradativa de tecnologias e processos integrados que permitam a criação, a utilização e a atualização de modelos digitais de obras e serviços de engenharia;</div><div>X - buscar práticas contínuas e permanentes de gestão de riscos e de controle preventivo, inclusive mediante adoção de recursos de tecnologia da informação;</div><div>XI - instituir, com auxílio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno, modelos de minutas de editais, de termos de referência, de contratos padronizados e de outros documentos, admitida a adoção das minutas do Poder Executivo federal por todos os entes federativos;</div><div>CAPÍTULO IV</div><div>DA FASE PREPARATÓRIA DA LICITAÇÃO</div><div>Art. 7º. De acordo com o art. 18 da Lei 14.133/2021, a fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual.</div><div>www.cmindianopolis.pr.gov.br</div></div></div></div>	<div><div><div><div><div><div></div><div>CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS</div></div></div><div><div><div>Praça Caramuru, 442 - Centro - CEP 87.235-000 Fone/Fax (44) 3674-1314</div><div>CNPJ 01.565.333/0001-20 - E-mail: camara@cmindianopolis.pr.gov.br</div></div><div>INDIANÓPOLIS - ESTADO DO PARANÁ</div></div></div><div><div>sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendendo:</div><div>I - descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido;</div><div>II - a definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso;</div><div>III - a definição das condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento;</div><div>IV - o orçamento estimado, com as composições dos preços utilizados para sua formação;</div><div>V - a elaboração do edital de licitação;</div><div>VI - a elaboração de minuta de contrato, quando necessária, que constará obrigatoriamente como anexo do edital de licitação;</div><div>VII - o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;</div><div>VIII - a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;</div><div>IX - a motivação circunstanciada das condições do edital, mas como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;</div><div>X - a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;</div><div>www.cmindianopolis.pr.gov.br</div></div></div></div>	<div><div><div><div><div><div></div><div>CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS</div></div></div><div><div><div>Praça Caramuru, 442 - Centro - CEP 87.235-000 Fone/Fax (44) 3674-1314</div><div></div></div></div></div></div></div>	

<div><div><div><div><div><div></div><div>CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS</div></div></div><div><div><div>Praça Caramuru, 442 - Centro - CEP 87.235-000 Fone/Fax (44) 3674-1314</div><div>CNPJ 01.565.333/0001-20 - E-mail: camara@cmindianopolis.pr.gov.br</div></div><div>INDIANÓPOLIS - ESTADO DO PARANÁ</div></div></div><div><div>CAPÍTULO VIII</div><div>DO LEILÃO</div></div><div><p>Art. 55. Nas licitações realizadas na modalidade Leilão, serão observados os seguintes procedimentos operacionais:</p><p>I – realização de avaliação prévia dos bens a serem leiloados, que deverá ser feita com base nos seus preços de mercado, a partir da qual serão fixados os valores mínimos para arrematação;</p><p>II – designação de um Agente de Contratação para atuar como leiloeiro, o qual contará com o auxílio de Equipe de Apoio conforme disposto no § 5º do art. 4º deste regulamento, ou, alternativamente, contratação de um leiloeiro oficial para conduzir o certame;</p><p>III – elaboração do edital de abertura da licitação contendo informações sobre descrição dos bens, seus valores mínimos, local e prazo para visitação, forma e prazo para pagamento dos bens arrematados, condição para participação, dentre outras;</p><p>IV – realização da sessão pública em que serão recebidos os lances e, ao final, declarados os vencedores dos lances licitantes;</p><p>§ 1º O edital não deverá exigir a comprovação de requisitos de habilitação por parte dos licitantes;</p><p>§ 2º A sessão pública poderá ser realizada eletronicamente, por meio de plataforma que assegure a integridade dos dados e a confiabilidade dos atos às práticas praticadas;</p><p>§ 3º - As decisões não acolhidas pelos participantes poderão ser contestadas ao agente público responsável pela condução da sessão, mediante fundamento, que o decidirá se rever a decisão anterior ou se a manterá. Caso mantida, o recurso poderá subir à Autoridade Superior, que decidirá em vinte e quatro horas, contadas do recebimento;</p><p>§ 4º - Caso a decisão da Autoridade Superior seja reformada a decisão que deu causa ao recurso, as negociações retornarão ao ponto divergente.</p></div><div>www.cmindianopolis.pr.gov.br</div></div></div>	<div><div><div><div><div><div></div><div>CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS</div></div></div><div><div><div>Praça Caramuru, 442 - Centro - CEP 87.235-000 Fone/Fax (44) 3674-1314</div><div>CNPJ 01.565.333/0001-20 - E-mail: camara@cmindianopolis.pr.gov.br</div></div><div>INDIANÓPOLIS - ESTADO DO PARANÁ</div></div></div><div><div>§ 5º De qualquer forma a transmissão do bem leilado somente será realizada ao adjudicatário depois de efetuado o pagamento ao valor negociado em sessão pública.</div></div><div><div>CAPÍTULO IX</div><div>DO JULGAMENTO POR TÉCNICA E PREÇO</div></div><div><p>Art. 56. Para o julgamento por técnica e preço, o desempenho prévio na execução de contratos com a Câmara Municipal deverá ser considerado na pontuação técnica;</p><p>§ 1º O critério de julgamento de que trata o caput deste artigo será escolhido quando estudo técnico preliminar demonstrar que a avaliação e a ponderação da qualidade técnica das propostas que superarem os requisitos mínimos estabelecidos no edital forem relevantes aos fins pretendidos pela Câmara nas licitações para contratação de:</p><p>I - serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, caso em que o critério de julgamento de técnica e preço deverá ser predominantemente subjetivo;</p><p>II - serviços majoritariamente dependentes de tecnologia sofisticada e de domínio restrito, conforme atestado por autoridades técnicas de reconhecida qualificação;</p><p>III - bens e serviços especiais de tecnologia da informação e de comunicação;</p><p>IV - obras e serviços especiais de engenharia;</p><p>V - objetos que admitam soluções específicas e alternativas e variações de execução, com repercussões significativas e concretamente mensuráveis sobre sua qualidade, produtividade, rendimento e durabilidade, quando essas soluções e variações puderem ser adotadas à livre escolha dos licitantes, conforme critérios objetivos definidos no edital de licitação;</p><p>§ 2º No julgamento por técnica e preço, deverão ser avaliadas e ponderadas as propostas técnicas e, em seguida, as propostas de preço apresentadas pelos licitantes, na proporção máxima de 70% (setenta por cento) de valoração para a proposta técnica;</p><p>§ 3º Para desempenho prévio na execução de contratos com a Câmara Municipal deverá ser considerado na pontuação técnica, considerará-se autossuficiente o disposto nos §§ 3º e 4º do art. 56.</p></div><div>www.cmindianopolis.pr.gov.br</div></div></div>	<div><div><div><div><div><div></div><div>CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS</div></div></div><div><div><div>Praça Caramuru, 442 - Centro - CEP 87.235-000 Fone/Fax (44) 3674-1314</div><div>CNPJ 01.565.333/0001-20 - E-mail: camara@cmindianopolis.pr.gov.br</div></div><div>INDIANÓPOLIS - ESTADO DO PARANÁ</div></div></div><div><div>88 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, cabendo ao edital da licitação detalhar a forma de cálculo da pontuação técnica.</div></div><div><div>CAPÍTULO X</div><div>DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE</div></div><div><p>Art. 57. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, neste ordem:</p><p>I - disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;</p><p>II - avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão predominantemente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;</p><p>III - desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho;</p><p>IV - desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;</p><p>§ 1º Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:</p><p>I - empresas estabelecidas no território do Estado Do Paraná;</p><p>II - empresas brasileiras;</p><p>III - empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;</p><p>IV - empresas que comprovem a prática da mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009;</p><p>§ 2º As regras previstas no caput deste artigo não prejudicarão a aplicação do disposto no art. 44 e 48 da Lei Complementar nº 123/2006.</p></div><div>www.cmindianopolis.pr.gov.br</div></div></div>	<div><div><div><div><div><div></div><div>CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS</div></div></div><div><div><div>Praça Caramuru, 442 - Centro - CEP 87.235-000 Fone/Fax (44) 3674-1314</div><div>CNPJ 01.565.333/0001-20 - E-mail: camara@cmindianopolis.pr.gov.br</div></div><div>INDIANÓPOLIS - ESTADO DO PARANÁ</div></div></div><div><div>§ 3º Como critério de desempate previsto no art. 22 deste regulamento e no art. 60, III, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para efeito de comprovação de desenvolvimento, pelo licitante, de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, poderão ser consideradas no edital de licitação, desde que comprovadamente implementadas, políticas internas tais como programas de liderança para mulheres, projetos para diminuir a desigualdade entre homens e mulheres e o preconceito dentro das empresas, inclusive ações educativas, distribuição equitativa de gêneros por níveis hierárquicos, dentre outras.</div></div><div><div>CAPÍTULO XI</div><div>DA NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS MAIS VANTAJOSOS</div></div><div><p>Art. 58. Na negociação de preços mais vantajosos para a Câmara Municipal, o Agente de Contratação ou a Comissão de Contratação poderá oferecer contraproposta.</p><p>§ 1º Definido o resultado do julgamento, o Poder poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado;</p><p>§ 2º A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pelo Poder Legislativo;</p><p>§ 3º A negociação será conduzida por agente de contratação ou comissão de contratação e, depois de concluída, será seu resultado divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.</p></div><div><div>CAPÍTULO XII</div><div>DA HABILITAÇÃO</div></div><div><p>Art. 59. Para efeito de verificação dos documentos de habilitação, será permitida, desde que prevista em edital, a sua realização por processo eletrônico de comunicação à distância, ainda</p></div><div>www.cmindianopolis.pr.gov.br</div></div></div>
<div><div><div><div><div><div></div><div>CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS</div></div></div><div><div><div>Praça Caramuru, 442 - Centro - CEP 87.235-000 Fone/Fax (44) 3674-1314</div><div>CNPJ 01.565.333/0001-20 - E-mail: camara@cmindianopolis.pr.gov.br</div></div><div>INDIANÓPOLIS - ESTADO DO PARANÁ</div></div></div><div><div>que se trate de licitação realizada presencialmente nos termos do § 5º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.</div></div><div><div>Parágrafo único. Se o envio da documentação ocorrer a partir de sistema informatizado previsto acima por meio de chave de identificação e senha de acesso, presume-se a devida segurança quanto à autenticidade e integridade, sendo desnecessário o envio de documentos autênticos digitalmente com padrão ICP-Brasil.</div></div><div><p>Art. 60. Para efeito de verificação da qualificação técnica, quando não se tratar de contratação de obras e serviços de engenharia, os atestados de capacidade técnico-profissional e técnico-operacional poderão ser substituídos por outra prova de que o profissional ou a empresa possui conhecimento técnico e experiência prática na execução de serviço de características semelhantes, tais como, por exemplo, termo de contrato ou nota fiscal abrangendo a execução de objeto compatível com o licitante, desde que, em qualquer caso, o Agente de Contratação ou a Comissão de Contratação realize diligência para confirmar tais informações;</p><p>Art. 61. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, comprovadamente, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, em decorrência de omissão ou falsificação de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.</p><p>§ 1º A habilitação à fase da licitação em que se verifica o conjunto de informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, dividindo-se em:</p><p>I - jurídica;</p><p>II - técnica;</p><p>III - fiscal, social e trabalhista;</p><p>IV - econômico-financeira.</p><p>§ 2º Na fase de habilitação das licitações serão observadas as seguintes disposições:</p></div><div>www.cmindianopolis.pr.gov.br</div></div></div>	<div><div><div><div><div><div></div><div>CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS</div></div></div><div><div><div>Praça Caramuru, 442 - Centro - CEP 87.235-000 Fone/Fax (44) 3674-1314</div><div>CNPJ 01.565.333/0001-20 - E-mail: camara@cmindianopolis.pr.gov.br</div></div><div>INDIANÓPOLIS - ESTADO DO PARANÁ</div></div></div><div><div>I - poderá ser exigida dos licitantes a declaração de que atendem aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;</div><div>II - será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor, exceto quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento;</div><div>III - serão exigidos os documentos relativos à regularidade fiscal, em qualquer caso, somente em momento posterior ao julgamento das propostas, e, apenas do licitante mais bem classificado;</div><div>IV - poderá ser exigida do licitante declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargo para pessoas com deficiência e para reservistas da Previdência Social, previstos em lei e em outras normas específicas;</div></div><div><p>§ 3º Contrata o edital de licitação cláusula que exija dos licitantes, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integridade dos dados para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;</p><p>§ 4º Quando a avaliação prévia do local de execução for imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o edital de licitação poderá prever, sob pena de inabilitação, a necessidade de o licitante assinar que conhece o local e as condições de realização da obra ou serviço, assegurando a ele o direito de realização de visita prévia;</p><p>§ 5º Para os fins previstos no § 4º deste artigo, o edital de licitação sempre deverá prever a possibilidade de substituição da visita por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação;</p><p>§ 6º Para os fins previstos no § 4º deste artigo, se os licitantes optarem por realizar visita prévia, devendo disponibilizar data e horário diferentes para os eventuais interessados.</p></div><div>www.cmindianopolis.pr.gov.br</div></div></div>	<div><div><div><div><div><div></div><div>CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS</div></div></div><div><div><div>Praça Caramuru, 442 - Centro - CEP 87.235-000 Fone/Fax (44) 3674-1314</div><div>CNPJ 01.565.333/0001-20 - E-mail: camara@cmindianopolis.pr.gov.br</div></div><div>INDIANÓPOLIS - ESTADO DO PARANÁ</div></div></div><div><div>§ 7º Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:</div><div>I - complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos essenciais à época da abertura do certame;</div><div>II - atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;</div></div><div><p>§ 8º Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado e arquivado a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação;</p><p>§ 9º Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não haverá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento;</p><p>§ 10. As condições de habilitação serão definidas no edital;</p><p>§ 11. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;</p><p>§ 12. A habilitação poderá ser realizada por processo eletrônico de comunicação a distância, nos termos dispostos em regulamento;</p><p>§ 13. A habilitação jurídica visa a demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, e a documentação a ser apresentada por ele limita-se à comprovação de existência jurídica da pessoa e, quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada;</p><p>§ 14. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:</p></div><div>www.cmindianopolis.pr.gov.br</div></div></div>	<div><div><div><div><div><div></div><div>CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS</div></div></div><div><div><div>Praça Caramuru, 442 - Centro - CEP 87.235-000 Fone/Fax (44) 3674-1314</div><div>CNPJ 01.565.333/0001-20 - E-mail: camara@cmindianopolis.pr.gov.br</div></div><div>INDIANÓPOLIS - ESTADO DO PARANÁ</div></div></div><div><div>I - apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação;</div><div>II - certidão, ou atestado, regularmente emitido pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 da Lei 14.133/2021;</div><div>III - indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;</div><div>IV - prova do atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso;</div><div><p>V - registro ou inscrição na entidade profissional competente, quando for o caso;</p><p>VI - declaração de que o licitante possui conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;</p><p>§ 15º A exigência de atestado será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação;</p><p>§ 16º Observado o disposto no § 15º deste artigo, será admitida a exigência de atestados com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) das parcelas de que trata o referido parágrafo, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativos aos atestados;</p><p>§ 17. Serão aceitos atestados em outros documentos laborais emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora;</p><p>§ 18. Em se tratando de serviços contínuos, o edital poderá exigir certidão ou atestado que demonstre que o licitante tenha executado serviços similares ao objeto da licitação, em períodos sucessivos ou não, por um prazo mínimo, que não poderá ser superior a 3 (três) anos.</p></div><div>www.cmindianopolis.pr.gov.br</div></div></div></div>
<div><div><div><div><div><div></div><div>CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS</div></div></div><div><div><div>Praça Caramuru, 442 - Centro - CEP 87.235-000 Fone/Fax (44) 3674-1314</div><div>CNPJ 01.565.333/0001-20 - E-mail: camara@cmindianopolis.pr.gov.br</div></div><div>INDIANÓPOLIS - ESTADO DO PARANÁ</div></div></div><div><div>§ 19º Os profissionais indicados pelo licitante na forma dos incisos I e III do caput deverão participar da obra ou serviço objeto da licitação, e será admitida a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pelo Poder Legislativo;</div><div>§ 20º Sociedades empresárias estrangeiras atestadas à exigência prevista no inciso V por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil;</div><div>§ 21º Será admitida a exigência de relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem em diminuição da disponibilidade do pessoal técnico referido nos incisos I e III;</div><div>§ 22º O edital poderá prever, para aspectos técnicos específicos, que a qualificação técnica seja demonstrada por meio de atestados relativos a potencial subcontratado, limitado a 25% (vinte e cinco por cento) do objeto a ser licitado, hipótese em que mais de um licitante poderá apresentar atestado relativo ao mesmo potencial subcontratado;</div><div>§ 23. Em caso de apresentação por licitante de atestado de desempenho anterior emitido em favor de concorrente do qual tenha feito parte, se o atestado ou o contrato de constituição do consórcio não identificar a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, serão adotados os seguintes critérios na análise de sua qualificação técnica:</div><div>I - caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio homogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada empresa consorciada na proporção quantitativa de sua participação no consórcio, salvo nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, em que todas as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada uma das empresas consorciadas;</div><div>II - caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio heterogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada consorciado de acordo com os respectivos campos de atuação, inclusive nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual;</div></div><div>www.cmindianopolis.pr.gov.br</div></div></div>	<div><div><div><div><div><div></div><div>CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS</div></div></div><div><div><div>Praça Caramuru, 442 - Centro - CEP 87.235-000 Fone/Fax (44) 3674-1314</div><div>CNPJ 01.565.333/0001-20 - E-mail: camara@cmindianopolis.pr.gov.br</div></div><div>INDIANÓPOLIS - ESTADO DO PARANÁ</div></div></div><div><div>§ 24. Na hipótese do § 23 deste artigo, para fins de comprovação do percentual de participação do consorciado, caso este não conste expressamente do atestado ou da certidão, deverá ser juntado ao atestado ou à certidão cópia do instrumento de constituição do consórcio;</div><div>§ 25º As habilitações fiscal, social e trabalhista serão aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos:</div><div>I - a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);</div><div>II - a inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, permitindo o seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratado;</div><div>III - a regularidade perante a Fazenda Federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;</div><div>IV - a regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;</div><div>V - a regularidade perante a Justiça do Trabalho;</div><div>VI - o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;</div><div>VII - Os documentos referidos poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade de licitante, inclusive por meio eletrônico;</div><div>VIII - A comprovação de atendimento do disposto nos incisos III, IV e V deverá ser feita na forma da legislação específica;</div><div>§ 26º A habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva, por coef</div></div></div></div>		

<div><div><div><div><div><div></div><div>CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS</div></div></div><div><div><div></div><div>CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS</div></div><div><div><div><div><div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div></div><div><div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div></div><div><div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div></div></div></div><div><div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div></div><div><div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div></div></div></div><div><div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div></div><div><div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div></div></div></div><div><div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div></div><div><div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div></div></div> <div><div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div></div> <div><div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div></div> <div><div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div></div> <div><div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div></div> <div><div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div></div> <div><div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div></div> <div><div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div></div> <div><div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div></div> <div><div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div></div> <div><div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div></div> <div><div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div></div> <div><div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div></div> <div><div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div></div> <div><div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div></div> <div><div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div></div> <div><div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div></div> <div><div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div></div> <div><div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div></div> <div><div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div></div> <div><div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div></div> <div><div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div></div> <div><div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div></div> <div><div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div></div> <div><div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div></div> <div><div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div></div> <div><div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div></div> <div><div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div></div> <div><div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div></div> <div><div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div></div> <div><div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div></div> <div><div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div></div> <div><div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div></div> <div><div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div></div> <div><div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div></div> <div><div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div></div> <div><div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div></div> <div><div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div></div> <div><div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div></div> <div><div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div></div> <div><div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div></div> <div><div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div></div> <div><div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div></div> <div><div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div></div> <div><div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div></div> <div><div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div></div> <div><div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div></div> <div><div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div></div> <div><div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div></div> <div><div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div></div> <div><div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div></div> <div><div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div></div> <div><div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div></div> <div><div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div></div> <div><div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div></div> <div><div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div></div> <div><div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div></div> <div><div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div></div> <div><div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div></div> <div><div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div></div> <div><div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div></div> <div><div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div></div> <div><div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div></div> <div><div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div></div> <div><div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div></div> <div><div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div></div> <div><div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div></div> <div><div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div></div> <div><div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div></div> <div><div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div></div> <div><div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div></div> <div><div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div></div> <div><div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div></div> <div><div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div></div> <div><div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div></div> <div><div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div></div> <div><div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div></div> <div><div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div></div> <div><div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div></div> <div><div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div></div> <div><div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div></div> <div><div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div></div> <div><div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div></div> <div><div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div></div> <div><div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div></div> <div><div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div></div> <div><div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div></div> <div><div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div></div> <div><div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div></div> <div><div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div></div> <div><div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div></div> <div><div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div></div> <div><div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div></div> <div><div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div></div> <div><div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div></div> <div><div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div></div> <div><div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div></div> <div><div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div></div> <div><div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div></div> <div><div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div></div> <div><div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div></div> <div><div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div></div> <div><div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div></div> <div><div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div></div> <div><div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div></div> <div><div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div></div> <div><div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div></div> <div><div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div></div> <div><div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div></div> <div><div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div></div> <div><div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div></div> </

CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS
Praça Caruru, 442 - Centro - CEP 87.235-000 Fone/Fax (44) 3674-1314
CNPJ 01.565.333/0001-20 E-mail: camara@camaraianapolis.pr.gov.br

INDIANÓPOLIS - ESTADO DO PARANÁ

competitividade, desde que a soma de todas as cotas não ultrapasse a 25% (vinte e cinco por cento) do total do objeto.

§ 7º Nas licitações por sistema de Registro de Preço por meio de envelopes fechados, o instrumento convocatório deverá prever a prioridade de aquisição dos produtos das cotas reservadas, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou condições de pedido, justificadamente.

Art. 110. Nas hipóteses de aplicação dos benefícios dispostos nos artigos 50, 51 e 52 deste Decreto, poderá ser realizada licitação exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regional em observância ao disposto no Acórdão nº 2122, de 31 de julho de 2010, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

§ 1º A Exclusividade Local ou Regional poderá ser aplicada quando:

I - houver peculiaridade do objeto a ser licitado em situações concretas em que, para se garantir a viabilidade da contratação seja necessária a intervenção de empresas locais; ou

II - houver ampliação da eficiência das políticas públicas voltadas para as microempresas e empresas de pequeno porte que contemple algum dos valores jurídicos tutelados pelo artigo 47 da Lei Complementar nº 123/2006.

§ 1º Não será permitida a seleção de exclusividade local feita de forma genérica, sempre deve a mesma vir acompanhada de justificativa.

§ 2º Para concessão do benefício disposto nesse artigo as seguintes condições deverão ser observadas e estar:

I - amparada em uma política pública municipal com metas e indicadores estabelecidos por meio de plano de ação específico;

II - amparada em ampla pesquisa para formação dos preços de referência que originariamente deverão ser apresentados pelo preço praticado no mercado;

III - amparada na existência comprovada de, no mínimo, 03 (três) microempresas ou empresas

www.camarianapolis.pr.gov.br

CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS
Praça Caruru, 442 - Centro - CEP 87.235-000 Fone/Fax (44) 3674-1314
CNPJ 01.565.333/0001-20 E-mail: camara@camaraianapolis.pr.gov.br

INDIANÓPOLIS - ESTADO DO PARANÁ

de pequeno porte sediadas local ou regionalmente do ramo do objeto da licitação a realizar;

IV - amparada pela previsão expressa nos editais indicando os itens e cotas nos quais serão aplicadas a restrição geográfica.

§ 4º Nos processos licitatórios em que se exige a subcontratação de microempresas ou empresas de pequeno porte, poderá ser aplicada a exclusividade local ou regional nos mesmos termos e condições dispostos nesse artigo no percentual destinado a subcontratação.

§ 5º Na impossibilidade de ser aplicada a exclusividade Local ou Regional, deve então ser aplicado o limite de preferência definido pela legislação federal às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte sediadas local ou regional, desde que dentro do percentual de 10% (dez por cento) sobre o menor preço respectivo preço mínimo previsto no edital.

Art. 111. Também deverão ser preferencial e prioritariamente realizadas com microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, as contratações:

I - para prestação de serviços de manutenção, conservação, jardinagem e afins;

§ 1º Na contratação de novos empreendimentos o edital poderá estabelecer percentual mínimo de não de obra a ser contratado entre domiciliados no Município, nos termos do artigo 12, inciso IV, da Lei nº 8.666/93.

§ 2º O processo de recrutamento do efetivo a que se refere o parágrafo anterior, deverá ser realizado sem interferência do poder público.

§ 3º O disposto no parágrafo anterior não impede que o contratado recorra a serviço local de colação de mão-de-obra, desde que esse não seja de forma comprovadamente impositiva.

Art. 112. Não se aplica o disposto nos artigos 110 e 111 quando:

I - não houver um mínimo de 03 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

II - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo

www.camarianapolis.pr.gov.br

CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS
Praça Caruru, 442 - Centro - CEP 87.235-000 Fone/Fax (44) 3674-1314
CNPJ 01.565.333/0001-20 E-mail: camara@camaraianapolis.pr.gov.br

INDIANÓPOLIS - ESTADO DO PARANÁ

do objeto a ser contratado;

III - a licitação for dispensável ou inexistente, nos termos dos artigos 24 e 25 da Lei nº 8.666/93, exceto quando ao disposto no artigo 18 desta Lei;

IV - o instrumento diferenciado e simplificado não for capaz de alcançar os objetivos previstos, justificadamente.

§ 1º Para a comprovação do disposto no inciso I do caput deste artigo, poderão ser adotadas as seguintes formas de comprovação ou justificativas:

I - através de consulta no Cadastro de Fornecedores que já participaram de licitações ou que estejam cadastrados junto ao site licitante, que identifique os fornecedores locais e regionais;

II - através de consulta no cadastro de Alvará de Licença para licitação e funcionamento, do site licitante, que identifique os fornecedores locais e regionais;

III - através de consulta de dados perante a Junta Comercial, Sindicatos ou Associações Comerciais ou de Classe, que identifique os fornecedores locais e regionais;

IV - através de declaração prévia de outros licitantes que participaram da licitação, que identifique os fornecedores locais e regionais;

V - estudos de mercado ou pareceres técnicos, que identifique os fornecedores locais e regionais;

§ 2º Para efeito do disposto no inciso II considera-se:

I - não vantajosa a contratação quando resultar em preço superior ao valor estabelecido como referência;

II - impossível quando a natureza do bem, serviço ou obra, as práticas e regras usuais de mercado forem incompatíveis com a aplicação do benefício.

CAPÍTULO XXXIII
DOS CRITÉRIOS PARA DEFINIÇÃO DA EXCELUIBILIDADE DAS PROPOSTAS

www.camarianapolis.pr.gov.br

CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS
Praça Caruru, 442 - Centro - CEP 87.235-000 Fone/Fax (44) 3674-1314
CNPJ 01.565.333/0001-20 E-mail: camara@camaraianapolis.pr.gov.br

INDIANÓPOLIS - ESTADO DO PARANÁ

Art. 113. Nas licitações realizadas pelo município não se admitirá proposta que apresente preços globais ou unitários, simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o convênio da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

§ 1º Para fim de verificação de exequibilidade das propostas, ao caso de oferta e serviços de engenharia, serão consideradas inaceitáveis as propostas cujas valores sejam inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

§ 2º O limite percentual indicado no parágrafo anterior será considerado com presunção relativa (Quinquaginta) da inaceitabilidade, admitindo-se a prova em contrário.

Art. 114. Nas contratações de obras e serviços de engenharia, será exigido garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei 14.133/2021.

Art. 116. A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas em editais de licitação que ela seja demonstrada, caso sejam apresentados justificativas plausíveis, embasadas em comprovações materiais da consistência e exequibilidade da proposta, em valores apresentados poderão ser aceitos pela Administração, caso contrário a proposta será desclassificada.

Art. 116. Não caso de obras e serviços de engenharia e arquitetura, para efeito de avaliação da exequibilidade e de sobrepelo, serão considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários (nos casos relevantes, observado o critério de escalabilidade de preços mínimo e global) e se fixado no edital, conforme as especificidades do mercado correspondente.

Art. 117. Considera-se sobrepelo o preço orçado para licitação no conteúdo em valor expressivamente superior aos preços referenciados de mercado, além de apenas 1 (um) item, se a

www.camarianapolis.pr.gov.br

CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS
Praça Caruru, 442 - Centro - CEP 87.235-000 Fone/Fax (44) 3674-1314
CNPJ 01.565.333/0001-20 E-mail: camara@camaraianapolis.pr.gov.br

INDIANÓPOLIS - ESTADO DO PARANÁ

licitação ou a contratação for por preço mínimo de serviço, seja o valor global do objeto, se a licitação ou a contratação for por preço, amparada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada;

CAPÍTULO XXXIV
VEDAÇÕES E ASSISTÊNCIA JURÍDICA

Art. 118. É vedado ao agente público designado para atuar na área de licitação e contratos, ressalvados os casos previstos em lei:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que:

a) comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive em casos de participação de sociedades cooperativas;

b) sejam importantes ou relevantes para o objeto específico do contrato;

II - estabelecer tratamento diferenciado de natureza comercial, legal, trabalhista, previdenciária ou qualquer outra entre empresas beneficiárias e estrangeiras, inclusive no que se refere a moeda, modalidade e local de pagamento, mesmo quando envolvendo financiamento de agência internacional;

III - obter restituição injustificada ao andamento dos processos e, individualmente, retardar ou deixar de praticar ato de ofício, em prejuízo do contrato ou disposição expressa em lei;

Art. 119. Se as autoridades competentes ou os servidores públicos que tiverem participado dos procedimentos relacionados às licitações e aos contratos de que trata esta Lei promoverem dano ou prejuízo ao Estado, a Administração poderá, desde que não haja sido praticado com estrita observância de orientação constante em parecer jurídico, a advocacia pública proreitor, a critério do agente público, sua representação judicial ou extrajudicial.

§ 1º Não se aplica o disposto no caput quando:

I - previr a prática de atos ilícitos dotados contêm nos autos do processo administrativo ou judicial;

www.camarianapolis.pr.gov.br

CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS
Praça Caruru, 442 - Centro - CEP 87.235-000 Fone/Fax (44) 3674-1314
CNPJ 01.565.333/0001-20 E-mail: camara@camaraianapolis.pr.gov.br

INDIANÓPOLIS - ESTADO DO PARANÁ

a) aplicar o disposto no caput inclusive na hipótese de o agente público não mais ocupar o cargo, emprego ou função em que foi praticado o ato questionado.

CAPÍTULO XXXV
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 120. Em âmbito interno, a divulgação dos atos será promovida da seguinte forma:

I - publicação em diário oficial das informações que a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, exige que sejam divulgadas em site eletrônico oficial, admissa a publicação de extrato;

II - disponibilização da versão física dos documentos em suas repartições, vedada a cobrança de qualquer valor, salvo o reembolso ao fornecedor de edital ou de cópia de documento, que não seja superior ao custo de sua reprodução gráfica;

III - não haverá prejuízo à realização de licitação ou procedimentos de contratação direta nos casos em que a Administração não tenha sido notificada de forma adequada, nos termos do inciso II do art. 174 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, eis que o Município adota as funcionalidades anualmente disponibilizadas pelo Governo Federal, no que couber, nos termos deste Decreto;

IV - as contratações eletrônicas poderão ser realizadas por meio de sistema eletrônico integrado à plataforma de operacionalização das modalidades de transferências voluntárias do Governo Federal, nos termos do art. 5º, 2º, do Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019;

V - nas licitações eletrônicas realizadas pelo Município, caso que por realizar procedimento regular pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e por obter o modelo de edital aberto, ou de modo aberto e fechado, a Administração poderá, desde que não haja sido praticado com estrita observância de orientação constante em parecer jurídico, a advocacia pública proreitor, a critério do agente público, sua representação judicial ou extrajudicial.

Parágrafo único. O disposto nos incisos I e II acima ocorrerá sem prejuízo da respectiva divulgação em site eletrônico oficial, sempre que previsto na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Art. 121. A Mesa Diretora da Câmara Municipal poderá editar normas complementares ao

www.camarianapolis.pr.gov.br

CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS
Praça Caruru, 442 - Centro - CEP 87.235-000 Fone/Fax (44) 3674-1314
CNPJ 01.565.333/0001-20 E-mail: camara@camaraianapolis.pr.gov.br

INDIANÓPOLIS - ESTADO DO PARANÁ

disposto neste Decreto e disponibilizar informações adicionais em meio eletrônico, inclusive modelos de formulários necessários à contratação.

Art. 122. Nas referências à utilização de atos normativos federais como parâmetro normativo municipal, considerará-se a redação em vigor na data de publicação deste Decreto.

Art. 123. É obrigatória a capacitação dos membros das Comissões de Licitação para aplicação dos atos normativos deste Decreto.


Parágrafo único. Após a capacitação inicial os servidores que atuam nas áreas de elaboração do edital, contrato, termo de referência, projeto básico e gestão de contratos deverão ser submetidos a curso de reciclagem de conhecimento anualmente.

Art. 124. As Leis nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e 10.520, de 17 de julho de 2002, até que sejam decretadas 2 (duas) leis de publicação oficial da Lei 14.133/2021 poderão ser utilizadas juntamente com os termos deste decreto, com exceção das sanções previstas no capítulo XXIV que já ficam válidas a partir da data de publicação da Lei 14.133/2021.

Art. 125. Aplicam-se supletivamente a este Decreto a legislação federal, estadual e municipal pertinentes.

Art. 126. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ 16 DE FEVEREIRO DE 2023.


JOSE ROBERTO MASCHIO
Presidente da Câmara Municipal

www.camarianapolis.pr.gov.br

CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS
Praça Caruru, 442 - Centro - CEP 87.235-000 Fone/Fax (44) 3674-1314
CNPJ 01.565.333/0001-20 E-mail: camara@camaraianapolis.pr.gov.br

INDIANÓPOLIS - ESTADO DO PARANÁ

RESOLUÇÃO LEGISLATIVA Nº002/2023

Regulamenta o disposto no § 3º do art. 8º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre as regras para atuação do agente de contratação e da equipe de apoio, o funcionamento da comissão de contratação e a atuação dos gestores e fiscais de contratos na Câmara Municipal de Indianópolis/PR.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e tendo em vista o disposto no art. 6º, § 3º, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021,

Art. 1º - Este Decreto regulamenta o disposto no § 3º do art. 8º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre as regras para atuação do agente de contratação e da equipe de apoio, o funcionamento da comissão de contratação e a atuação dos gestores e fiscais de contratos, na Câmara Municipal de Indianópolis/PR.

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 2º - Para fins desse decreto considera-se:

I - agente de contratação: pessoa designada pela autoridade competente, preferencialmente, servidor efetivo ou empregado público dos quadros permanentes do Poder Legislativo ou cedidos de outros órgãos ou entidades para atuar na

www.camarianapolis.pr.gov.br

CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS
Praça Caruru, 442 - Centro - CEP 87.235-000 Fone/Fax (44) 3674-1314
CNPJ 01.565.333/0001-20 E-mail: camara@camaraianapolis.pr.gov.br

INDIANÓPOLIS - ESTADO DO PARANÁ

Câmara Municipal, para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório, contratar o serviço público e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação;

II - autoridade competente: agente público/político dotado de poder de decisão no âmbito daquele processo administrativo, conforme atribuições estabelecidas pelo órgão e contrato;

III - comissão de contratação: conjunto de agentes públicos indicados pela autoridade competente, em caráter permanente ou especial, com a função de receber, examinar e julgar documentos relativos às licitações e aos procedimentos auxiliares;

IV - equipe de apoio: conjunto de agentes públicos do órgão ou entidade que têm a função de auxiliar o agente de contratação, o pregoeiro ou a comissão de contratação nas etapas dos procedimentos licitatórios ou auxiliares sendo, em sua maioria, servidores ocupantes de cargo efetivo, preferencialmente pertencentes aos quadros permanentes do órgão ou da entidade promotor da licitação;

V - pregoeiro: denominação do agente de contratação nos casos da modalidade preço;

Art. 3º - A designação do agente de contratação, pregoeiro, equipe de apoio e comissão de contratação deverá observar os requisitos elencados nos incisos I e II do caput do art. 7º da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

CAPÍTULO III
DO AGENTE DE CONTRATAÇÃO, PREGOIRO E EQUIPE DE APOIO

Art. 4º - Compete ao agente de contratação ou pregoeiro:

I - coordenar os trabalhos da equipe de apoio, quando houver;

II - receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao

www.camarianapolis.pr.gov.br

CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS
Praça Caruru, 442 - Centro - CEP 87.235-000 Fone/Fax (44) 3674-1314
CNPJ 01.565.333/0001-20 E-mail: camara@camaraianapolis.pr.gov.br

INDIANÓPOLIS - ESTADO DO PARANÁ

editais e seus anexos, facultada a requisição de subsídios formais aos responsáveis pela elaboração dos documentos;

III - verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital; IV - coordenar a sessão pública de abertura das lances;

V - verificar e julgar as condições de habilitação;

VI - realizar diligências a fim de sanar erros ou falhas que não afetem a substância das propostas;

VII - indicar o detentor da melhor proposta;

VIII - negociar melhores condições com o detentor da melhor proposta;

IX - receber os recursos, apreciar sua admissibilidade e, se não recomendar sua decisão, encaminhá-la à autoridade competente;

X - recomendar a adjudicação do objeto, quando não houver recurso;

XI - encaminhar o processo devidamente instruído, após encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, à autoridade competente, para adjudicação e homologação;

XII - propor à autoridade competente a instauração de procedimento para apuração de responsabilidade, a revogação ou anulação da licitação, quando for o caso.

§ 1º - O agente de contratação ou pregoeiro será auxiliado por equipe de apoio e responderá individualmente pelos atos que praticar, salvo quando induzido a erro pela atuação da equipe.

§ 2º - O agente de contratação poderá ser substituído por comissão de contratação nas licitações que envolvam bens ou serviços especiais.

Art. 5º - Quando solicitado, o agente de contratação ou pregoeiro prestará apoio técnico e informações relevantes ao desenvolvimento da fase preparatória da licitação.

§ 1º - Na hipótese do caput, é vedado ao agente de contratação ou pregoeiro, no

www.camarianapolis.pr.gov.br

CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS
Praça Caruru, 442 - Centro - CEP 87.235-000 Fone/Fax (44) 3674-1314
CNPJ 01.565.333/0001-20 E-mail: camara@camaraianapolis.pr.gov.br

INDIANÓPOLIS - ESTADO DO PARANÁ

âmbito desclassificadas em que for designado, atuar simultaneamente em funções que apresentem risco ao princípio de segregação de funções, a saber, entre outras:

I - elaborar os documentos da fase preparatória ou se responsabilizar por eles, em especial:

a) estudo técnico preliminar;

b) termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo;

c) relatório analítico de pesquisa de preços e mapa comparativo de preços para definição do orçamento estimado;

II - acompanhar ou fiscalizar a execução do contrato, se houver;

III - participar da abertura do processo licitatório;

IV - declarar a disponibilidade orçamentária e financeira;

V - atribuir notas a questões de natureza qualitativa no julgamento por melhor técnica ou por técnica e preço, nos termos do inciso II do art. 37 da Lei nº 14.133, de 2021;

VI - homologar a licitação.

§ 1º - Excepcionalmente e mediante justificativa, o agente de contratação ou pregoeiro poderá ser designado para participar da elaboração do edital e de seus anexos.

Art. 6º - Ao próprio da autoridade competente designará o conjunto dos agentes de contratação ou pregoeiros e equipe de apoio em atuação no órgão ou entidade para, em período determinado, admitir recursos, para que sejam alocados conforme a necessidade, sem prejuízo da documentação específica em cada processo licitatório.

§ 1º - A autoridade competente deverá designar um agente de contratação ou pregoeiro titular e um membro suplente para cada licitação e sua formalização deverá ocorrer durante a fase preparatória.

www.camarianapolis.pr.gov.br

CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS
Praça Caruru, 442 - Centro - CEP 87.235-000 Fone/Fax (44) 3674-1314
CNPJ 01.565.333/0001-20 E-mail: camara@camaraianapolis.pr.gov.br

INDIANÓPOLIS - ESTADO DO PARANÁ

§ 2º - Excepcionalmente, servidores em contrato temporário ou ocupantes de cargo comissionado poderão ser designados para atuar como agente de contratação ou pregoeiros, mediante justificativa fundamentada da autoridade competente.

Art. 7º - O agente de contratação e o respectivo substituto serão designados pela autoridade competente, em caráter permanente ou especial, conforme o disposto no art. 6º da Lei nº 14.133, de 2021.

§ 1º Nas licitações que envolvam bens ou serviços especiais, o agente de contratação poderá ser substituído por comissão de contratação formada por, no mínimo, três membros, designados nos termos conforme estabelecido no § 2º do art. 6º da Lei nº 14.133, de 2021.

§ 2º A autoridade competente poderá designar, em ato motivado, mais de um agente de contratação e deverá dispor sobre a forma de coordenação e de distribuição dos trabalhos entre eles.

CAPÍTULO III
DA COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

Art. 8º - A comissão de contratação, permanente ou especial, deverá atuar na condução das seguintes competências:

I - licitação na modalidade concorrência para contratação de bens e serviços especiais quando:

a) o critério de julgamento for técnica e preço ou melhor técnica;

b) o regime de execução for contratação integrada ou semi-integrada;

c) o valor estimado da contratação for considerado de grande volume, na forma da lei.

II - licitação na modalidade diálogo competitivo, nos termos de regulamento específico;

III - licitação na modalidade concurso;

www.camarianapolis.pr.gov.br

CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS
Praça Caruru, 442 - Centro - CEP 87.235-000 Fone/Fax (44) 3674-1314
CNPJ 01.565.333/0001-20 E-mail: camara@camaraianapolis.pr.gov.br

INDIANÓPOLIS - ESTADO DO PARANÁ

IV - procedimentos auxiliares de que trata o art. 78 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, nos termos de regulamento específico.

Parágrafo único - Compete à comissão de contratação realizar as atividades previstas no art. 4º deste decreto, no que couber, para realização de suas atribuições.

Art. 9º - Ao próprio da autoridade competente designará a comissão de contratação, permanente ou especial, que deverá ser formada por, no mínimo, 3 (três) membros, observado os requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

§ 1º - Na licitação na modalidade diálogo competitivo, que dispõe o inciso I do art. 7º, a comissão será composta por membros 3 (três) servidores efetivos ou empregados públicos permanentes ou quadros permanentes da Câmara, podendo ser cedido por outro órgão para atuar na Câmara Municipal, admitida a contratação de profissional para assessoramento técnico da comissão.

§ 2º - Poderá ser designada equipe de apoio para auxiliar a comissão de contratação.

§ 3º - Em licitação que envolva bens ou serviços especiais cujo objeto não seja rotineiramente contratado pela Câmara, poderá ser contratado, por prazo determinado, serviço de empresa ou de profissional especializado para assessorar os agentes públicos responsáveis pela condução da licitação.

Art. 10 - Os membros da comissão de contratação responderão solidariamente por todos os atos praticados pela comissão, ressalvado o membro que expressar posição individual divergente fundamentada e registrada em ata lavrada na reunião em que houver sido tomada decisão.

Art. 11 - Os gestores de contratos e os respectivos substitutos serão representantes da Câmara designados pela autoridade máxima do órgão, ou por quem as normas de administração administrativa indicarem.

§ 1º Para o exercício da função, o gestor e os fiscais de contratos deverão ser formalmente identificados na indicação e das respectivas atribuições antes da formalização do ato de designação.

www.camarianapolis.pr.gov.br

CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS
Praça Caruru, 442 - Centro - CEP 87.235-000 Fone/Fax (44) 3674-1314
CNPJ 01.565.333/0001-20 E-mail: camara@camaraianapolis.pr.gov.br

INDIANÓPOLIS - ESTADO DO PARANÁ

§ 2º Na designação de que trata o caput, serão considerados:

I - a compatibilidade com as atribuições do cargo;

II - a complexidade da fiscalização;

III - o quantitativo de contratos por agente público; e

IV - a capacidade para o desempenho das atividades.

§ 3º A eventual necessidade de desenvolvimento de competências de agentes públicos/políticos para fins de fiscalização e de gestão contratual deverá ser demonstrada no estudo técnico preliminar e deverá ser sanada, conforme o caso, previamente à celebração do contrato, conforme o disposto no inciso X do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133, de 2021.

§ 4º Excepcional e individualmente, a gestão do contrato poderá ser exercida por setor do órgão ou da entidade designado pela autoridade de que trata o caput.

§ 5º Na hipótese prevista no § 4º, o titular do setor responderá pelas decisões e pelas ações tomadas no seu âmbito de atuação.

§ 6º Nos casos de atraso ou de falta de designação, de desligamento e de afastamento temporário ou definitivo do gestor ou dos fiscais do contrato e dos respectivos substitutos, até que seja providenciada a designação, as atribuições de gestor ou de fiscal caberão ao responsável pela designação, ressalvado previsto em contrato em norma interna do órgão ou da entidade.

Art. 12 - Os fiscais de contratos poderão ser assistidos e subsidiados por terceiros contratados pela administração.

CAPÍTULO IV
REQUISITOS PARA DESIGNAÇÃO

www.camarianapolis.pr.gov.br

CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS
Praça Caruru, 442 - Centro - CEP 87.235-000 Fone/Fax (44) 3674-1314
CNPJ 01.565.333/0001-20 E-mail: camara@camaraianapolis.pr.gov.br

INDIANÓPOLIS - ESTADO DO PARANÁ

Art. 13 - O agente público designado para o cumprimento do disposto como Agente de Contratação ou Pregoeiro neste Decreto deverá preencher os seguintes requisitos:

I - ser, preferencialmente, servidor efetivo ou empregado público dos quadros permanentes do Poder Legislativo ou cedidos de outros órgãos ou entidades para atuar na Câmara Municipal;

II - ter atribuições relacionadas a licitações e contratos ou possuir formação compatível ou qualificação atestada por certificação profissional emitida por escola de governo criada e mantida pelo Poder Público; e

III - não ser cônjuge ou companheiro de licitantes ou contratados habituais da administração nem tenha com eles vínculo de parentesco, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, ou de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista e civil.

§ 1º Para fins do disposto no inciso III do caput, considerar-se contratos habituais as pessoas físicas e jurídicas cujo histórico recente da contratação com o órgão ou com a entidade evidencie significativa probabilidade de novas contratações.

§ 2º A vedação de que trata o inciso III do caput incide sobre o agente público que atuar em processo de contratação cujo objeto seja do mesmo ramo de atividade em que atua o licitante ou o contratado habitual com o qual haja o relacionamento.

§ 3º Os agentes de contratação, os seus substitutos e o presidente da comissão de contratação serão designados dentre servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes da administração pública.

Art. 14 - O encargo de agente de contratação, de integrante de equipe de apoio, de integrante de comissão de contratação, de gestor ou de fiscal de contratos não poderá ser recusado pelo agente público.

www.camarianapolis.pr.gov.br

CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS
Praça Caruru, 442 - Centro - CEP 87.235-000 Fone/Fax (44) 3674-1314
CNPJ 01.565.333/0001-20 E-mail: camara@camaraianapolis.pr.gov.br

INDIANÓPOLIS - ESTADO DO PARANÁ

§ 1º Na hipótese de deficiência ou de limitações técnicas que possam impedir o cumprimento diligente das atribuições, o agente público deverá comunicar o fato ao seu superior hierárquico.

§ 2º Na hipótese prevista no § 1º, a autoridade competente poderá providenciar a qualificação prévia do servidor para o desempenho das suas atribuições, conforme a natureza e a complexidade do objeto, ou designar outro servidor com a qualificação requerida.

Art. 15 - O princípio da segregação das funções veda a designação do mesmo agente público para atuação simultânea em funções mais suscetíveis a riscos, de modo a reduzir a possibilidade de ocultação de erros e de ocorrência de fraudes na licitação.

Parágrafo único. A aplicação do princípio da segregação de funções de que trata o caput:

I - será avaliada na situação fática processual; e

II - poderá ser ajustada, no caso concreto, em razão:

a) da consolidação das linhas de defesa; e

b) de características do caso concreto tais como o valor e a complexidade do objeto da contratação.

Art. 16 - O agente público designado para atuar na área de licitações e contratos e o terceiro que auxilia a condução da contratação, na qualidade de integrante de equipe de apoio, de profissional especializado ou de funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, deverão observar as vedações previstas no art. 6º da Lei nº 14.133, de 2021.

www.camarianapolis.pr.gov.br

CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS
Praça Caruru, 442 - Centro - CEP 87.235-000 Fone/Fax (44) 3674-1314
CNPJ 01.565.333/0001-20 E-mail: camara@camaraianapolis.pr.gov.br

INDIANÓPOLIS - ESTADO DO PARANÁ

CAPÍTULO V
DA ATUAÇÃO E DO FUNCIONAMENTO

Atuação do agente de contratação

Art. 17. Caberá ao agente de contratação, em especial:

I - tomar decisões em prol da boa condução da licitação, dar impulso ao procedimento, inclusive por meio de demandas às áreas das unidades de contratações, desburocratizadas ou não, para fins de saneamento da fase preparatória, caso necessário;

II - acompanhar os trâmites da licitação e promover diligências, se for o caso, para que o calendário de contratação seja cumprido, observado, ainda, o grau de prioridade da contratação e;

III - conduzir e coordenar a sessão pública da licitação e promover as seguintes ações:

a) receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos seus anexos e requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração dos documentos, caso necessário;

b) verificar a conformidade da proposta mais bem classificada com os requisitos estabelecidos no edital;

c) verificar e julgar as condições de habilitação;

d) sanar erros ou falhas que não afetem a substância das propostas; e

e) encaminhar à comissão de contratação, quando for o caso:

www.camarianapolis.pr.gov.br

CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS
Praça Caruru, 442 - Centro - CEP 87.235-000 Fone/Fax (44) 3674-1314
CNPJ 01.565.333/0001-20 E-mail: camara@camaraianapolis.pr.gov.br

INDIANÓPOLIS - ESTADO DO PARANÁ

1. os documentos de habilitação, caso se verifique a possibilidade de saneamento de erros ou de falhas que não afetem a substância dos documentos e a sua validade jurídica, conforme o disposto no § 1º do art. 64 da Lei nº 14.133, de 2021;

2. os documentos relativos aos procedimentos auxiliares previstos no art. 78 da Lei nº 14.133, de 2021;

f) negociar, quando for o caso, condições mais vantajosas com o primeiro colocado;

g) indicar o vencedor do certame;

h) conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e

i) encaminhar o processo instruído, após encerradas as fases de julgamento e de habilitação e exauridos os recursos administrativos, à autoridade superior para adjudicação e homologação.

§ 1º O agente de contratação será auxiliado, na fase externa, por equipe de apoio, de que trata o art. 4º, e responderá individualmente pelos atos que praticar, exceto quando induzido a erro pela atuação da equipe.

§ 2º A atuação do agente de contratação na fase preparatória deverá estar ao acompanhamento e às eventuais diligências para o fluxo regular da instrução processual.

§ 3º Na hipótese prevista no § 2º, o agente de contratações estará desobrigado da elaboração de estudos preliminares, de projetos e de anteprojetos, de termos de referência, de pesquisas de preço e, preferencialmente, de minutas de editais.

§ 4º Para fins do acompanhamento de que trata o inciso II do caput, o setor de contratações enviará ao agente de contratação o relatório de riscos de que trata o art.

www.camarianapolis.pr.gov.br

CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS
Praça Caruru, 442 - Centro - CEP 87.235-000 Fone/Fax (44) 3674-1314
CNPJ 01.565.333/0001-20 E-mail: camara@camaraianapolis.pr.gov.br

INDIANÓPOLIS - ESTADO DO PARANÁ

19 do Decreto nº 10.847, de 2022, com atribuição ao agente de Impulsores os processos constantes do plano de contratações anual com elevado risco de não efetivação da contratação até o término do prazo para a contratação.

Art. 18 - O agente de contratação contratado com o auxílio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno do próprio órgão ou entidade para o desempenho das funções essenciais à execução das suas funções.

§ 1º O auxílio de que trata o caput se dará por meio de orientações gerais ou em resposta a solicitações de apoio, hipótese em que serão observadas as normas internas do órgão ou da entidade quanto ao fluxo processual.

§ 2º Sem prejuízo do disposto no § 1º, a solicitação de auxílio ao órgão de assessoramento jurídico se dará por meio de consulta específica, que conterá, de forma clara e individualizada, a dúvida jurídica a ser dirimida.

§ 3º Na prestação de apoio, a unidade de controle interno observará a supervisão técnica e as orientações normativas do órgão central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e se manifestará acerca dos aspectos de governança, gerenciamento de riscos e controles internos administrativos da gestão de contratos.

§ 4º Previamente à tomada de decisão, o agente de contratação considerará eventuais manifestações apresentadas pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno, observado o disposto no inciso IV do caput e no § 1º do art. 50 de Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

Atuação da equipe de apoio

Art. 19. Caberá à equipe de apoio auxiliar o agente de contratação ou a comissão de contratação no exercício de suas atribuições.

www.camarianapolis.pr.gov.br

CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS
Praça Caruru, 442 - Centro - CEP 87.235-000 Fone/Fax (44) 3674-1314
CNPJ 01.565.333/0001-20 E-mail: camara@camaraianapolis.pr.gov.br

INDIANÓPOLIS - ESTADO DO PARANÁ

Parágrafo único. A equipe de apoio contará com o auxílio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno do próprio órgão ou entidade.

Funcionamento da comissão de contratação

Art. 20. Caberá à comissão de contratação:

I - substituir o agente de contratação, quando a licitação envolver a contratação de bens ou serviços especiais;

II - conduzir a licitação na modalidade diálogo competitivo;

III - sanar erros ou falhas que não afetem a substância dos documentos de habilitação e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, e atribuir-lhe eficácia para fins de habilitação e de classificação; e

IV - receber, examinar e julgar documentos relativos aos procedimentos auxiliares previstos no art. 78 da Lei nº 14.133, de 2021, observados os requisitos estabelecidos em regulamento.

Parágrafo único. Quando substituírem o agente de contratação, na forma prevista no inciso I do caput, os membros da comissão de contratação responderão solidariamente pelos atos praticados pela comissão, exceto o membro que expressar posição individual divergente, a qual deverá ser fundamentada e registrada em ata lavrada na reunião em que houver sido tomada a decisão.

Art. 21. A comissão de contratação contará com o auxílio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno do próprio órgão ou entidade.

Atividades de gestão e fiscalização de contratos

Art. 22. Para fins do disposto neste Decreto, considera-se:</